

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	14
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	15
1.5 Principais clientes	16
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	17
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	18
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	19
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	20
1.10 Informações de sociedade de economia mista	22
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	23
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	25
1.13 Acordos de acionistas	26
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	27
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	28
1.16 Outras informações relevantes	29
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	30
2.2 Resultados operacional e financeiro	46
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	54
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	56
2.5 Medições não contábeis	65
2.6 Eventos subsequentes as DFs	66
2.7 Destinação de resultados	67
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	70
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	71
2.10 Planos de negócios	72
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	74
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	76
3.2 Acompanhamento das projeções	77

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	78
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	101
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	102
4.4 Processos não sigilosos relevantes	105
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	106
4.6 Processos sigilosos relevantes	107
4.7 Outras contingências relevantes	108
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	109
5.2 Descrição dos controles internos	110
5.3 Programa de integridade	112
5.4 Alterações significativas	117
5.5 Outras informações relevantes	118
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	119
6.3 Distribuição de capital	123
6.4 Participação em sociedades	
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	124
6.6 Outras informações relevantes	125
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	126
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	128
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	129
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	130
7.4 Composição dos comitês	133
7.5 Relações familiares	
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	
7.7 Acordos/seguros de administradores	134
7.8 Outras informações relevantes	135
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	136

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	138
8.3 Remuneração variável	139
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	140
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	142
8.6 Outorga de opções de compra de ações	143
8.7 Opções em aberto	145
8.8 Opções exercidas e ações entregues	147
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	148
8.10 Outorga de ações	149
8.11 Ações entregues	150
8.12 Precificação das ações/opções	151
8.13 Participações detidas por órgão	152
8.14 Planos de previdência	153
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	154
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	155
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	156
8.18 Remuneração - Outras funções	157
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	158
8.20 Outras informações relevantes	159
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	160
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	161
9.4 Outras informações relevantes	162
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	163
10.2 Alterações relevantes	164
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	165
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	166
10.5 Outras informações relevantes	167
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	168

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	169
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	170
11.3 Outras informações relevantes	171
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	172
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	174
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	176
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	177
12.5 Mercados de negociação no Brasil	178
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	179
12.7 Títulos emitidos no exterior	180
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	181
12.9 Outras informações relevantes	182
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	183
13.1 Declaração do diretor presidente	184
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	185
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	186



1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

Data de constituição	28/10/2008
Forma de constituição	Sociedade Anônima Fechada
País de constituição	Brasil
Prazo de duração	Indeterminado
Data do Registro na CVM	27/09/2022



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A REAG investimento possui basicamente 5 áreas de atuações, sendo: Asset Management, Wealth, Serviços Fiduciários, Operações de Crédito e Crowdfunding.

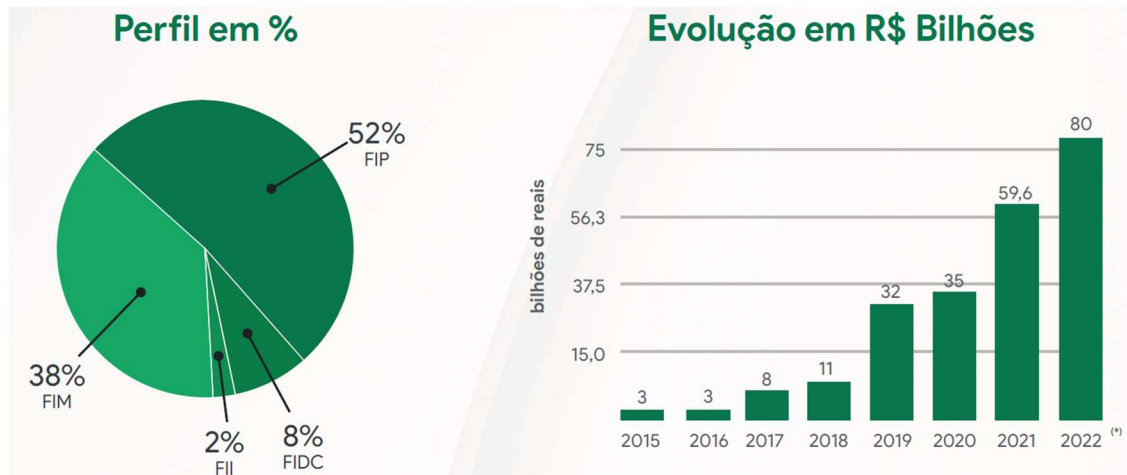
Abaixo apresentamos alguns números alcançados ao longo da nossa jornada, nossas posições perante a ANBIMA e um breve histórico de cada área de atuação:

Principais números:

Principais números dos serviços de Gestão e Administração de Fundos de Investimentos:



Evolução dos Ativos sob Administração e composição por tipo de fundo:





1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Associações:

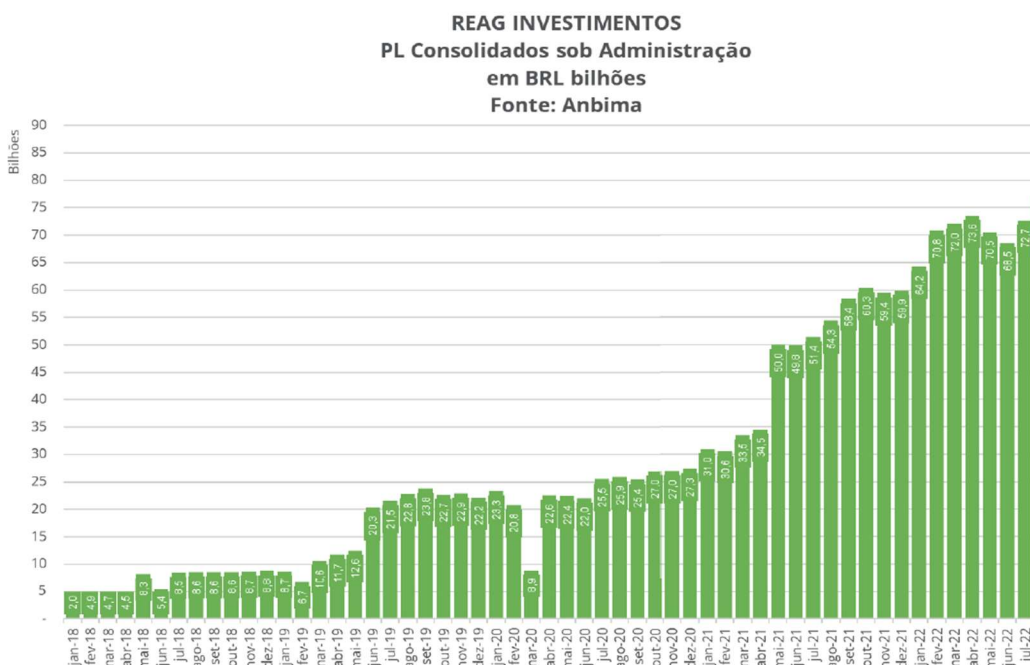


Ranking ANBIMA de Administração de Fundos de Investimentos

O ano de 2022 foi marcado por um ano de muitas conquistas para o GRUPO. Destacamos a seguir o ranking ANBIMA de Administração e Gestão de Fundos de Investimentos que mantivemos a melhor posição nesses quase 10 anos de REAG:

REAG INVESTIMENTOS - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS dezembro/2022

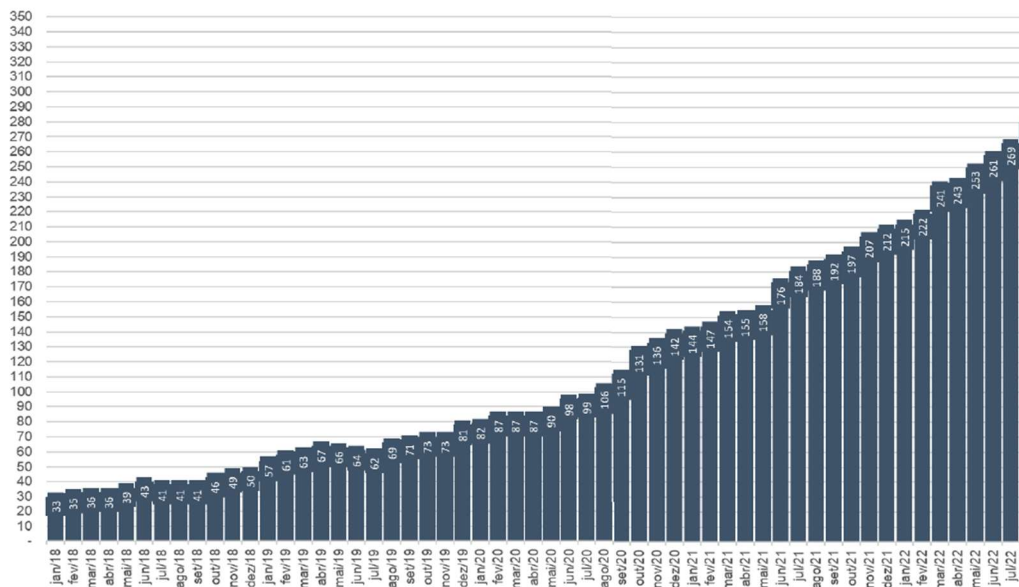
- 14º LUGAR NO RANKING DA ANBIMA (de um universo de 104 administradoras);
- PL no Ranking ANBIMA: R\$ 83,427 bilhões;
- Total de Fundos: 325;
- TOP #2 entre os administradores independentes.





1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

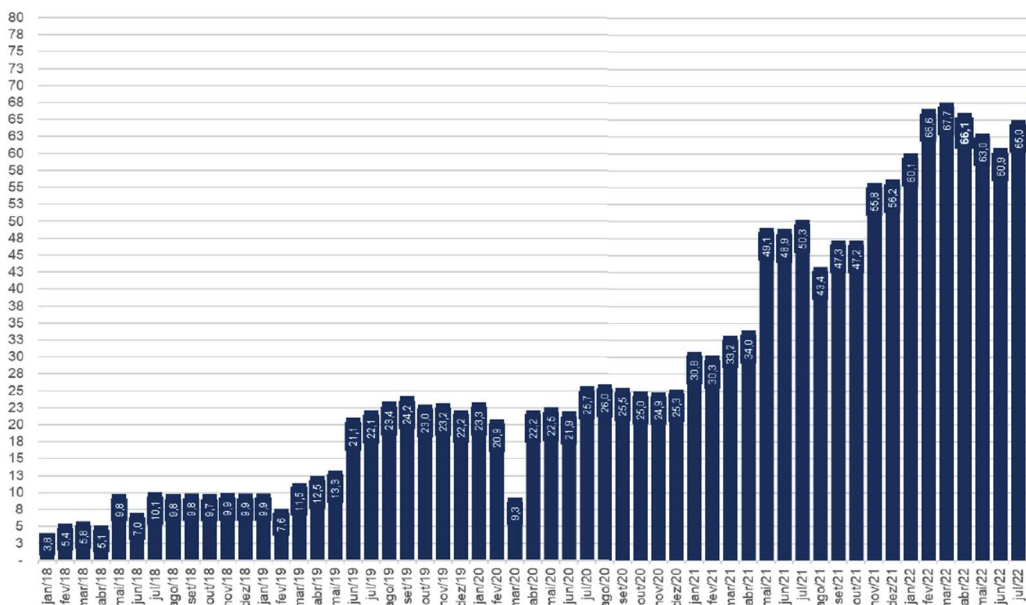
REAG INVESTIMENTOS - # de fundos ativos administrados
Total consolidados carteiras - último dia útil do mês
Fonte: REAG INVESTIMENTOS



REAG INVESTIMENTOS - GESTÃO DE RECURSOS dezembro/2022

- 13º LUGAR NO RANKING DA ANBIMA (de um universo de 900 gestoras);
- 2º LUGAR ENTRE OS INDEPENDENTES NO RANKING DA ANBIMA;
- PL no Ranking ANBIMA: R\$ 74,370 bilhões;
- Total de Fundos: 247

PL DOS FUNDOS SOB GESTÃO DA REAG
em BRL bilhões
RANKING ANBIMA



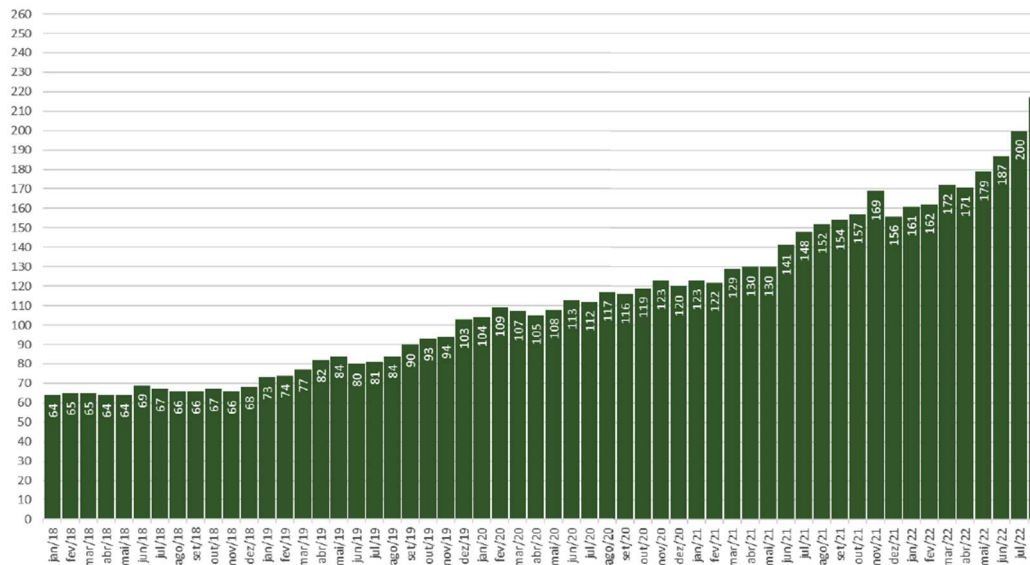


1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

NÚMERO DE FUNDOS SOB GESTÃO DA REAG INVESTIMENTOS

Fonte: REAG INVESTIMENTOS

em número de fundos em funcionamento normal



GESTÃO (ASSET MANAGEMENT):

i) Fundos de Investimentos: O Grupo REAG ou possui uma Gestora de Recursos independente formada por profissionais com larga experiência e passagens por renomadas instituições do mercado financeiro. Seu modelo de gestão é baseado em uma abordagem de risco x retorno e leva em consideração diversas variáveis micro e macro a fim de se estabelecer um cenário base para a montagem das principais teses dos fundos.

A Companhia busca, por meio de estratégias diversificadas e descorrelacionadas, trazer aos clientes um retorno consistente de longo prazo acima dos benchmarks de cada estratégia e objetivo descritos nas atividades do fundo.

Atualmente contamos com 4 fundos líquidos, sendo:

1- REAG MULTI ATIVOS IMOBILIÁRIOS – FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII (CÓDIGO DA NEGOCIAÇÃO – RMAI11)

TIPO DO FUNDO: LISTADO

ADMINISTRADOR DO FUNDO: REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ESCRITURADOR: BANCO DAYCOVAL

OBJETIVO DO FUNDO: O objetivo do Fundo REAG Multi Ativos Imobiliários é a realização de investimentos imobiliários diversificados, prioritariamente prontos com renda estabelecida ou potencialmente crescente, ou empreendimentos em construção que potencialmente gerem rendimentos mensais constantes através da aquisição de parcelas e/ou totalidade de empreendimentos imobiliários, para posterior alienação, locação ou arrendamento. O Fundo também poderá adquirir ativos de crédito, tais como CRI, LCI ou LIG.



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

2- PROSPERO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

CLASSE CVM: AÇÕES

BENCHMARK: IBOVESPA

PUBLICO ALVO: Investidores em geral, observando, no que couberem, as modalidades de investimento, os limites e as vedações estabelecidas na resolução 3.792/3.922 do CMN, bem como suas alterações posteriores, no que for aplicável ao fundo.

AUDITORIA: PricewaterhouseCoopers (PWC)

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: FIA CARTEIRA LIVRE

ADMINISTRADOR DO FUNDO: REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

GESTOR: REAG GESTORA DE RECURSOS S.A.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA: BANCO DAYCOVAL

POLÍTICA DE INVESTIMENTO: A política de investimento adotada pelo Fundo consiste em buscar oportunidades através de estratégias nos mercados de ações priorizando a análise fundamentalista para selecionar empresas de capital aberto que façam ou não parte da carteira teórica do Ibovespa a fim de conseguir montar uma carteira com potencial de geração de alpha superior ao próprio índice. O Fundo não se restringe a operar ações de 1 linha e pode estar alocado em segunda e terceira linha. Operações nos mercados futuros e de opções são feitas esporadicamente em momentos que o gestor identificar que a relação risco x retorno seja mais interessante ou queira fazer alguma proteção para a carteira.

3- REAG ALPHA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

BENCHMARK: CDI

PUBLICO ALVO: O fundo poderá receber recursos de pessoas físicas e jurídicas, que busquem obter retorno acima do CDI no longo prazo e aceitem assumir os riscos inerentes ao Fundo.

AUDITORIA: PricewaterhouseCoopers (PWC)

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: Multimercado livre

ADMINISTRADOR DO FUNDO: REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

GESTOR: REAG GESTORA DE RECURSOS S.A.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA: BANCO DAYCOVAL

POLÍTICA DE INVESTIMENTO: A política de investimento adotada pelo Fundo consiste em buscar oportunidades através de diferentes estratégias nos mercados de ações, juros, commodities e renda fixa. Os investimentos são realizados visando a valorização das cotas e com o objetivo de proporcionar liquidez aos cotistas, caso necessário. A carteira é composta em sua maior parte por instrumentos negociados no mercado de derivativos. Sua estratégia de investimento incluirá posições de compra e venda direcionais, operações de arbitragem e pares de valor relativo.



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

4- REAG ABSOLUTO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

BENCHMARK: CDI

PÚBLICO ALVO: Investidores em geral que busquem performance diferenciada acima do CDI no longo prazo e aceitem os riscos inerentes ao Fundo.

AUDITORIA: PricewaterhouseCoopers (PWC)

CATEGORIA ANBIMA: Multimercado Multiestratégia

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: Multimercado Livre

ADMINISTRADOR DO FUNDO: REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

GESTOR: REAG GESTORA DE RECURSOS S.A.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA: BANCO DAYCOVAL

POLÍTICA DE INVESTIMENTO: A política de investimento adotada pelo Fundo consiste em buscar oportunidades através de estratégias nos mercados de ações priorizando a análise fundamentalista para selecionar empresas de capital aberto que façam ou não parte da carteira teórica do Ibovespa a fim de conseguir montar uma carteira com potencial de geração de alpha superior ao próprio índice. O Fundo não se restringe a operar ações de 1 linha e pode estar alocado em segunda e terceira linha. Operações nos mercados futuros e de opções são feitas esporadicamente em momentos que o gestor identificar que a relação risco x retorno seja mais interessante ou queira fazer alguma proteção para a carteira.

Desenvolvimento & Representação Imobiliária e Patrimonial: Oferecemos uma combinação de operações imobiliárias e soluções financeiras para atender com assertividade as estratégias patrimoniais de nossos clientes.

A nossos especialistas participam ativamente no dia a dia do empreendimento, seja em aquisições, desenvolvimento, leasing ou gestão de propriedades. Praticamos a cultura de ownership, sempre entendendo as dores e tratando os investimentos dos clientes como se fossem da própria REAG. Na nossa visão, essa conduta garante maior eficiência nos serviços prestados e proporciona mais confiança, conforto e segurança para os clientes.

Atuamos também como interlocutores de investidores junto aos players do mercado e órgãos reguladores (CVM, ANBIMA, Banco Central), além de representá-los na aquisição de ativos para desenvolvimento. Dispomos, ainda, de serviços de assessoria na representação em Conselhos de Administração de acordo com as melhores práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Transformamos oportunidades em valor com o auxílio de ferramentas de inteligência de mercado, que permitem diversificar as operações financeiras e aproveitar momentos mais oportunos para investir, mitigando riscos e provendo maior potencial de rentabilidade patrimonial.

WEALTH MANAGEMENT:



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A REAG Wealth Management (RWM) é uma área responsável pelas atividades relacionadas à gestão patrimonial, bem como apoio aos clientes, trabalhando em coordenação com os demais times e estruturas da empresa.

A RWM trabalha no conceito de multi family office (MFO) para atender grupos familiares em busca de soluções institucionais.

Assim como os demais times da REAG, esse departamento conduz suas atividades de forma independente e sempre de acordo com os interesses dos clientes.

O modelo de suporte é client-centric. Isso significa que as soluções propostas pelo time da RWM buscam sempre se compatibilizar às necessidades e vontades expressas.

Customização é a principal ferramenta que entregamos para atender investidores com expectativas e demandas institucionais.

A RWM tem um time de executivos com mais de trinta anos de experiência individual em um amplo espectro da indústria financeira e de gestão de recursos: bancos, assets, entidades fechadas de previdência complementar, MFOs e corretoras.

Diversos executivos são autorizados como administradores de carteiras de valores mobiliários pela CVM, e/ou possuem certificação como gestores (CGA) pela ANBIMA.



SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

i) Administração Fiduciária: Como administradora dos fundos de investimento de nossos clientes, a REAG é a responsável pelos ativos e por suas informações, tanto em relação aos próprios cotistas quanto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). À REAG compete a realização de uma série de atividades gerenciais e operacionais, dentre as quais se destacam:

- Praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, bem como exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, dentro dos limites legais e das regras estabelecidas pela CVM;
- Contratar obrigatoriamente um auditor independente, que deverá ser registrado na CVM para auditar as demonstrações contábeis do Fundo;
- Contratar para gerenciar a carteira do Fundo, caso necessário, outra pessoa física ou jurídica, devidamente credenciada pela CVM;
- Contratar terceiros legalmente habilitados para a prestação dos seguintes serviços relativos às atividades do Fundo: atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários, escrituração da emissão e resgate de cotas, custódia, consultoria de investimentos, distribuição de cotas e classificação de risco por agência especializada.

Além disso, a REAG Investimentos, como administradora de fundos, oferece serviços de atendimento ao cotista, encarregando-se de prestar quaisquer esclarecimentos e responder a eventuais questionamentos.

Adicionalmente, cabe à REAG, como administradora de fundos, a divulgação imparcial de informações aos investidores, na periodicidade, no prazo e com o teor definidos pela regulamentação da CVM:

- I. Divulgação diária do valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo em questão;
- II. Envio mensal aos cotistas dos extratos de sua conta;
- III. Envio das informações relativas ao Fundo à CVM, que estarão disponíveis para consulta na página da CVM na internet e, quando for o caso, na página do próprio Administrador do Fundo, dentre as quais destacamos:
 - a. informe diário, no prazo de dois dias úteis;
 - b. mensalmente, até dez dias após o encerramento do mês a que se referirem: balancete; demonstrativo da composição e diversificação de carteira; perfil mensal;
 - c. anualmente, no prazo de 90 dias, contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer do auditor independente;
 - d. imediatamente, através de correspondência a todos os cotistas e de comunicado através do sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos ativos integrantes de sua carteira.

i) Controladoria: Os serviços de Controladoria de Fundos de Investimento da REAG se resumem à execução dos processos ligados ao controle dos ativos e passivos, bem como



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

os procedimentos contábeis, conforme legislação em vigor e as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores.

- ii) Custódia:** Os serviços de custódia da REAG compreendem, além da guarda (custódia) dos ativos dos investidores (pessoa física, jurídica e institucionais) em fundos de investimento, a liquidação física e financeira dos ativos, seu registro, bem como a administração das atividades corporativas realizadas na conta do investidor e o controle de eventos associados a esses ativos. Isto é, fazemos a interface com as centrais depositárias do mercado: Cetip, Selic e B3.

No caso do atendimento aos investidores, a REAG atua no controle, na conservação e na conciliação dos mobiliários na conta dos clientes. Assim, os serviços de custódia da REAG também compreendem o atendimento às solicitações de movimentação que forem feitas pelos nossos clientes, periodicamente ou sempre que solicitado, assim como a disponibilização aos gestores e administradores da posição consolidada da conta de custódia e os eventos ocorridos.

Nosso portfólio de serviços de custódia abrange os mais variados tipos de fundo, desde os regulados pela instrução CVM 555 até os FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), FIPs (Fundos de Investimentos em Participações) e FII (Fundos de Investimento Imobiliário).

- iii) Escrituração de fundos de investimentos:** A REAG, na figura escrituradora de um fundo de investimento, é responsável pela geração e divulgação de uma série de informações relacionadas às atividades gerenciais e operacionais que exerce. Dentre essas atividades, pode-se incluir, mediante a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o serviço de escrituração. A instrução CVM 543 dispõe sobre os requisitos para registro e a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários.

Tais serviços compreendem:

- a) A abertura e manutenção, sem sistemas informatizados, de livros de registros;
- b) O registro das informações relativas à titularidade dos valores mobiliários;
- c) o tratamento das instruções de movimentação recebidas do titular do valor mobiliário
- d) a realização dos procedimentos e registros necessários à efetivação e à aplicação aos valores mobiliários
- e) o tratamento de eventos incidentes sobre os valores mobiliários.

Ainda de acordo com o Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Serviços Qualificados, constam dentre as atividades envolvidas na escrituração de passivo para fundos:

- a) disponibilização de sistema que efetue o registro e a manutenção do cadastro do cotista;
- b) recebimento do valor da cota da controladora de ativos;
- c) informação sobre cotas emitidas e resgatadas e o total de cotas em estoque;



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- d) controle das posições individualizadas e histórico das movimentações dos cotistas;
- e) liquidação dos eventos de rendimentos e amortização de cotas, liquidação, cisão, incorporação e encerramento dos fundos de investimento;
- f) atualização do saldo dos cotistas e o recolhimento de tributos.

O portfólio de serviços de escrituração da REAG permite que administradores dos mais diversos portes possam oferecer este tipo de serviço a seus clientes de forma simples, segura e organizada. Resumidamente, nossa suíte de atendimento ao cliente consiste em:

- Registro e escrituração de livros: registro eletrônico da propriedade das cotas à titularidade dos diferentes cotistas, aos vínculos e aos gravames dos investidores.
- Subscrição: parametrização e cálculo para atribuição dos direitos de subscrição e atendimento aos cotistas para registro do exercício;
- Liquidação dos pagamentos: cálculo e distribuição de amortizações de custos e de rendimentos por cada investidor.
- Controle das integralizações e subscrições de cotas;
- Controles decorrentes de gravames, usufrutos e bloqueios judiciais sob as cotas dos fundos;
- Envio periódico dos extratos de posição de cada cotistas; etc.

Dessa forma, além de suprir a exigência de divulgação das informações aos investidores, na periodicidade, no prazo e com o teor definidos pela regulamentação da CVM, a escrituração se apresenta como um serviço que caminha para propiciar a transparência no desempenho das atividades do administrador, ampliando a padronização e credibilidade de suas práticas e seus processos.

iv) Representação jurídica, fiscal e custódia para Investidores Não Residentes (INR): A REAG oferece os serviços de representação legal para Investidores Não Residentes (INR) que têm intenção de operar no mercado brasileiro.

No âmbito da Resolução CMN nº 4.373/14 (antiga 2689/2000), a REAG, como instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atua como representante legal de INR, segundo seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nosso objetivo é ajudar o INR a acessar o mercado financeiro e o de capitais com eficiência, segurança e a adequada governança.

Por meio do arcabouço regulatório, os INR- estrangeiros domiciliados fora do Brasil ou brasileiros que tenham declarado sua saída definitiva do país – podem acessar os produtos do mercado financeiro e de capitais brasileiro, por meio de operações no ambiente da bolsa de valores ou do balcão organizado. Assim, os ativos negociados por esses investidores devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito em instituição financeira ou, também, estar devidamente registrados em sistemas de registro, liquidação e custódia, reconhecidos pelo Banco Central ou com autorização da CVM.



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

De acordo com a legislação, o INR deve nomear um Representante Jurídico e Tributário, assim como deve também nomear o Custodiante. Assim, a REAG se coloca à disposição de seus clientes para atuar como:

- Representante Jurídico: responsável por apresentar todas as informações de registro do INR para as autoridades brasileiras;
- Representante Fiscal: responsável por assuntos fiscais perante as autoridades brasileiras;
- Custodiante: responsável por manter atualizados os documentos e custodiar todos os ativos do investidor estrangeiro em contas segregadas e, também, fornecer a qualquer momento informações solicitadas pelas autoridades ou pelo investidor.

Elencamos os principais serviços prestados aos nossos clientes INR:

- Cadastro do investidor não-residente junto aos reguladores locais (CVM, BC e Receita);
- Emissão de códigos operacionais e tributários para os investidores (CVM, RDE e CNPJ);
- Cadastro junto às contrapartes e aos depositários;
- Conciliação diária de posições de ativos e caixa;
- Controle das obrigações tributárias;
- Controle de *corporate actions*;
- Guarda e registro dos títulos e valores mobiliários em nome do fundo ou carteira de investimentos;
- Liquidação física e financeira de títulos, valores mobiliários e derivativos;
- Pré-batimento de ordens e instruções de clientes versus as diferentes contrapartes;
- Reporte das posições custodiadas ao investidor e aos reguladores.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

i) Recebíveis:

Os fundos de crédito privado da REAG estão estruturados para originar oportunidades em diversos setores da economia que irão rapidamente se beneficiar da recuperação econômica no pós-pandemia, período em que provavelmente será possível capturar rentabilidades atrativas.

Equipe dedicada e altamente especializada e *data-base* proprietária na Área de Crédito, com extensa experiência, liderando a originação, análise de crédito, estruturação, monitoramento e cobrança, além de uma equipe comercial com profundo conhecimento dos segmentos e um amplo relacionamento e histórico, com os principais clientes que fazem parte do público-alvo;

Suporte do Departamento Econômico da REAG na análise dos ambientes macroeconômicos e setoriais;



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Análise de crédito in-house e especialidade na estruturação de operações complexas

A REAG acredita que a abordagem disciplinada de investimento e a subscrição rigorosa produzam retornos consistentes através de vários ciclos econômicos;

Possuímos uma abordagem estruturada e metódica para monitorar o desempenho do tomador, do perfil de crédito e o desempenho de garantias a fim de antecipar tendências e permitir ações rápidas.

Processo de originação, análise e monitoramento dos ativos:

Identificação: os ativos são selecionados criteriosamente com suporte de análises macroeconômicas e setoriais do Departamento Econômico da REAG.

Aprovação de Crédito e Formalização: o Comitê de Crédito se reúne semanalmente com foco na análise de risco e documentação das garantias, liderando os esforços de formalização.

Monitoramento: os times de Crédito e de Operações monitoram cada crédito concedido, verificando os diversos parâmetros de transação ditados pelo Comitê de Crédito e pelo Regulamento dos Fundos, garantindo que o comportamento do cliente não se desvie dos padrões desejados.

Cobrança: equipe especializada em implantar uma sistemática coleta e cobrança, com suporte do Departamento Jurídico, de Sistemas Integrados de Recepção, do Controle e Monitoramento e da Gestão de Risco.

CROWDFUNDING

Conforme Instrução CVM N° 588, a REAG oferece captação de recursos por meio de oferta pública de distribuição de valores mobiliários dispensada de registro, realizada por emissores considerados sociedades empresárias de pequeno porte nos termos da instrução mencionada e distribuída exclusivamente por meio de plataforma eletrônica de investimentos participativo, sendo destinado da oferta uma pluralidade de investidores que fornecem financiamento nos limites previstos.



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. produtos e serviços comercializados
- b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor
- c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. características do processo de produção
- b. características do processo de distribuição
- c. características dos mercados de atuação, em especial:
 - i. participação em cada um dos mercados
 - ii. condições de competição nos mercados
- d. eventual sazonalidade
- e. principais insumos e matérias primas, informando:
 - i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
 - ii. eventual dependência de poucos fornecedores
 - iii. eventual volatilidade em seus preços



1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. montante total de receitas provenientes do cliente
- b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente



1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

- ii. em favor de partidos políticos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira em favor de partidos políticos.

- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros nenhuma contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.



1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor



1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou



1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG
- ii. a não adoção de matriz de materialidade
- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG.



1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.



1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Taormina Soluções Financeiras S.A.

Conforme Contrato de Compra e Venda de Ações da Taormina Soluções Financeiras S.A. em 17 de agosto de 2022, o então sócio Tabela Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, decide vender neste ato, transferindo 111.082 (cento e onze mil e oitenta e duas) ações de sua titularidade que possui no capital social da Sociedade, pelo valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), que corresponde a 40% do total de 277.705 (duzentas e setenta e sete mil e setecentas e cinco) ações que possui no capital da Sociedade, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A., que ora é admitida na sociedade. A Reag Investimentos S.A não detém o controle nesta investida.

REAG 28 Participações Ltda.

Conforme alteração do contrato social da REAG 28 Participações Ltda. em 30 de outubro de 2022, a então sócia I9 Serviços Administrativos Ltda., decide retirar-se da Sociedade, neste ato, mediante a cessão e transferência das 1.000 (mil) cotas de sua titularidade que possui no capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 1.000 (mil reais), que corresponde a 100% do total de cotas da sociedade, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A., que ora é admitida na sociedade e aumentou o capital social da Sociedade para R\$ 103.001.000 (cento e três milhões e mil reais), mediante a subscrição de 103.000.000 (cento e três milhões) de quotas.

REAG Holding de Seguros S.A.

Conforme Contrato de Compra e Venda de Ações da REAG Holding de Seguros S.A. em 12 de dezembro de 2022, o sócio Weselton Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, decide vender neste ato, transferindo 14.230.000 (catorze milhões e duzentas e trinta mil) de ações de sua titularidade que possui parte no capital social da Sociedade, pelo valor de R\$ 14.230.000 (catorze milhões e duzentas e trinta mil reais), que corresponde a 13,25% do total de 107.429.350 (cento e sete milhões e quatrocentas e vinte e nove mil e trezentas e cinquenta) de ações do capital da Sociedade, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A., que ora é admitida na sociedade. A REAG Investimentos S.A. não detém o controle nesta investida.

Rapier Investimentos e Gestão Patrimonial Ltda e Anjooda Plataforma Eletrônica de Investimentos S.A.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou aquisição da Rapier Investimentos e Gestão Patrimonial Ltda. e Anjooda Plataforma Eletrônica de Investimentos S.A. Ambas as operações foram concluídas no início de 2023 e incorporadas na estrutura organizacional da Companhia.



1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Condocash Assessoria em Crédito Ltda.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2022, a Companhia celebrou aquisição da empresa Condocash Assessoria em Crédito Ltda., que se refere a uma empresa especializada em condomínios residenciais e comerciais. A finalização da operação ocorreu em 25 de abril de 2023.

FINVEST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em 25 de janeiro de 2023, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição da FINVEST DTVM, que se refere a uma empresa de administração fiduciária focada no segmento de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). Os tramites formais da operação estão em fase de conclusão mediante a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN).



1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Alterações em 31 de dezembro de 2022

Em 03 de outubro de 2022, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, com a emissão de 168.019.000 (cento e sessenta e oito milhões, e dezenove mil) novas ações ordinárias e sem valor nominal, conforme abaixo:

a) 1.375.000 (um milhão, trezentas e setenta e cinco mil) ações ordinárias, sem valor nominal, e com valor de emissão de um real cada, que foram integralizadas mediante incorporação de parte dos lucros e dividendos.

b) 3.625.000 (três milhões, seiscentas e vinte e cinco mil) novas ações ordinárias e sem valor nominal, com valor de emissão de um real cada, são subscritas e integralizadas neste ato, mediante incorporação do saldo dos lucros e dividendos.

c) 163.019.000 (cento e sessenta e e três milhões, dezenove mil) novas ações ordinárias, sem valor nominal, e com preço de emissão de um real cada, são subscritas neste ato e serão integralizadas em dinheiro, bens ou direitos até 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de outubro de 2022, através da Ordem de Transferência de Cotas assinado entre a Companhia (adquirente) e a Lumabe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, foram integralizados o total de R\$ 103.000.000 (cento e três milhões de reais) através de cotas do Fundo REAG Multi Estratégia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.

Em 29 de dezembro de 2022, foi realizada a integralização de R\$ 20.095.000 (vinte milhões, noventa e cinco mil de reais) através de cotas do Fundo REAG Multi Estratégia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.

Alterações em 31 de dezembro de 2021

Em 23 de fevereiro de 2021, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social no valor de R\$ 26.000, passando de R\$ 5.480 para R\$ 31.480.

Em 05 de outubro de 2021, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social no valor de R\$ 501, passando de R\$ 31.480 para R\$ 31.981.

Em 05 de novembro de 2021, através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a LUMABE Participações Ltda. cedeu e transferiu 10% das ações que possuía da Companhia aos acionistas minoritários, em parcela única com vencimento até 31 de dezembro de 2021. Desta forma, a LUMABE Participações Ltda. detém 90% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2021.



1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas da Companhia.



1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.



1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.



1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Abaixo apresentamos um resumo do balanço patrimonial dos saldos da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2022, 2021, e 2020. Todos os números apresentados abaixo foram auditados por empresas de auditoria externa devidamente registradas na CVM e estão expressos em milhares de reais.

Exercício de 2022

O exercício de 2022 foi marcado por conquistas, desafios e crescimento muito favorável para Companhia.

A receita de prestação de serviço bruta consolidada totalizou R\$ 86.824 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 99% comparado com o mesmo exercício anterior, impulsionado pelas autorizações concedidas, conforme descrito ao longo do referido formulário de referência, para a controlada REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários que nos permitiu em uma gama maior de serviços aos nossos clientes, reajuste nas taxas de administração e gestão, conforme regulamento, captação de novos clientes e crescimento orgânico e abertura de novas frentes de trabalho, com destaque a área de crédito.

Conforme já mencionado no formulário de referência, nos mantivemos na 14ª posição no ranking da ANBIMA entre as empresas de administração de fundos, 2º lugar entre os administradores independentes, 13º entre as empresas de gestão de fundos.

Outro fator importante a mencionar em 2022, foi o crescimento do nosso quadro de colaboradores, fechando o exercício com aproximadamente 142 colaboradores, entre executivos e empregados.

O lucro consolidado antes dos impostos totalizou R\$ 12.166 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 2% comparado com o mesmo exercício anterior.

O Patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 184.732 mil, representando um aumento de 346% em comparação com o mesmo período no ano anterior, variação essa representada pelo aumento de capital, no montante de R\$ 168.019 mil e resultado do exercício em R\$ 4.910 mil.

O total de ativos da Companhia (Controladora) em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 188.507 mil, aumento de 337% comparado com o mesmo período no ano anterior.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em relação ao consolidado, o total de ativos em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 234.996 mil, aumento de 317% comparado com o mesmo período no ano anterior. Basicamente o aumento refere-se a três principais fatores, sendo:

(a) as alterações societárias que impactaram diretamente a rubrica de investimentos, destaque para REAG 28 Participações Ltda. que gerou um aumento de R\$ 126.737 mil comparado com o mesmo período anterior;

(b) valores a receber de cliente, que de forma isolada, gerou um aumento de 411% relativo ao faturamento ocorrido no último dia útil do exercício de 2022 que será recebido no início do mês subsequente; e

(c) conforme mencionado anteriormente, devido ao aumento orgânico ocorrido durante de 2022 e todos os impactos societários, a rubrica do contas a receber de clientes gerou um aumento expressivo quando comparado com o mesmo exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo era de R\$ 157.439 mil, aumento de 5308% comparado com o mesmo período anterior, principalmente pelo fato de no exercício de 2022 a Companhia consolidar em suas demonstrações financeiras as informações de Fundos de Investimentos que possuem cotas em fundos diversos e FIDCs que estão em sua investida REAG 28 Participações Ltda., desta forma os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2022 também contempla informações financeiras de fundos de investimentos e os FIDCs referenciados.

Em relação a capacidade da Companhia em honrar compromissos financeiros assumidos, cabe destacar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: Caixa e equivalente de caixa, que em 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$ 7.160 mil e títulos e valores mobiliários, que totalizavam R\$ 35.245 mil. A rubrica de títulos e valores mobiliários refere-se a cotas de fundos de investimentos em multimercado, fundo de investimento em participação e possui liquidez imediata. A Companhia adota uma postura conservadora em seus investimentos, e olha o mercado a procura de boas oportunidades para rentabilizar seus negócios.

REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Controla indireta)

Além das autorizações de (a) instituição financeira e (b) representante de investidores não residentes, em 2022 a Companhia recebeu a qualificação pela B3 para atuar na qualificação à guarda física de ativos cartulares.

Indicadores 2021:

Capital circulante líquido:



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, despesas pagas antecipadas e outros valores a receber) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar, e outros valores a pagar). Quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido próprio. Quando o ativo circulante é menor que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido negativo ou de terceiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor do indicador é de R\$ 159.660, representando uma boa saúde financeira.

Liquidez Geral:

Liquidez Geral é um indicador utilizado para medir a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações e dívidas assumidas de médio e longo prazo. Ele é calculado da somatória do ativo circulante mais ativo não circulante dividido pelo passivo circulante mais passivo não circulante. O índice mínimo é de 1, abaixo de 1, indica problemas de liquidez no médio e longo prazo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor do indicador é de 4,62 ou seja, a empresa no período findo em 31 de dezembro de 2021 não apresenta problemas de liquidez no médio e longo prazo.

Liquidez Corrente:

Esse indicador tem como finalidade evidenciar a capacidade de pagamento no curto prazo. Ele é calculado da divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Um índice inferior a 1, indica problemas prementes de liquidez. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor do indicador é de 6,78, ou seja, a Companhia possui caixa suficiente para honrar os pagamentos no curto prazo sem dificuldades.

Em relação a estrutura de capital, podemos avaliar alguns indicadores, conforme demonstrado abaixo:

Participação de Capitais de Terceiros:

Indica qual a “dependência” dos negócios em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos trabalhistas e tributários) e é calculado da somatória entre o passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo ativo total. Uma participação próxima a 1 demonstra insolvência e extrema dependência de terceiros. Consideramos uma participação ideal seja inferior a 0,6. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a participação de capital de terceiros é de 0,22.

Composição do endividamento a curto prazo:

Evidência qual o nível de exigibilidade de curto prazo no endividamento. A composição do cálculo é a divisão do passivo circulante somado com o passivo circulante mais passivo não circulante. Não existe uma regra geral para determinar



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

qual o ideal para este índice, entretanto quando menor for o indicador maior a “folga” em relação as dívidas e compromissos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 o indicador é de 0,54.

Exercício de 2021

O exercício de 2021 foi marcado por conquistas, desafios e novas áreas de negócios. Mesmo com o avanço da vacinação em todo o território brasileiro e no mundo, a pandemia afetou diretamente a economia e os mercados de forma geral. Em 2021 a recuperação da economia foi lenta, porém com boas perspectivas macroeconômicas e bastante favorável ao ambiente de negócio da Companhia.

A receita de prestação de serviço bruta consolidada totalizou R\$ 43.646 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 150% comparado com o mesmo exercício anterior, impulsionado pelas autorizações concedidas, conforme descrito ao longo do referido formulário de referência, para a controlada REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários que nos permitiu em uma gama maior de serviços aos nossos clientes, reajuste nas taxas de administração e gestão, conforme regulamento, captação de novos clientes e crescimento orgânico e abertura de novas frentes de trabalho, com destaque a área de crédito.

Conforme já mencionado no formulário de referência, alcançamos a melhor posição no ranking da ANBIMA entre as empresas de administração de fundos (15º de um universo de 99 administradoras), 2º lugar entre os administradores independentes, 16º entre as empresas de gestão de fundos (de um universo de 801 gestoras).

Outro fator importante a mencionar em 2021, foi o crescimento do nosso quadro de colaboradores, fechando o exercício com aproximadamente 110 colaboradores, entre executivos e empregados.

O lucro consolidado antes dos impostos totalizou R\$ 11.892 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 2.973% comparado com o mesmo exercício anterior.

O Patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 41.641 mil, representando um aumento de 664% em comparação com o mesmo período no ano anterior, variação essa representada pelo aumento de capital, no montante de R\$ 26.501 mil e (b) resultado do exercício em R\$ 8.123 mil.

O total de ativos da Companhia (Controladora) em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 43.177 mil, aumento de 658% comparado com o mesmo período no ano anterior. Em relação ao consolidado, o total de ativos em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 56.310 mil, aumento de 329% comparado com o mesmo período no ano anterior. Basicamente o aumento refere-se a três principais fatores, sendo:



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(a) as alterações societárias que impactaram diretamente a rubrica de investimentos, destaque para a mudança de controle da controlada direta REAG Bank Holding Financeira Ltda. que gerou um aumento de R\$ 26.000 comparado com o mesmo período anterior;

(b) valores a receber de cliente, que de forma isolada, gerou um aumento de 24% relativo ao faturamento ocorrido no último dia útil do exercício de 2021 que será recebido no início do mês subsequente e;

(c) conforme mencionado anteriormente, devido ao aumento orgânico ocorrido durante de 2021 e todos os impactos societários, a rubrica de caixa e equivalente de caixa gerou aumento expressivo quando comparado com o mesmo exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo era de R\$ 3.885 mil, aumento de 1.582% comparado com o mesmo período anterior.

Em relação a capacidade da Companhia em honrar compromissos financeiros assumidos, cabe destacar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: Caixa e equivalente de caixa, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$ 3.885 mil e títulos e valores mobiliários, que totalizavam R\$ 26.134 mil. A rubrica de títulos e valores mobiliários refere-se a cotas de fundos de investimentos em multimercado, fundo de investimento em participação e possui liquidez imediata. A Companhia adota uma postura conservadora em seus investimentos, e olha o mercado a procura de boas oportunidades para rentabilizar seus negócios.

REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Controla indireta)

Durante o exercício de 2021, recebemos autorizações junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a saber:

- Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013.
- Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário.

Indicadores 2021:

Capital circulante líquido:

O capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, despesas pagas antecipadas e outros valores a receber) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar, e outros valores a pagar). Quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

próprio. Quando o ativo circulante é menor que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido negativo ou de terceiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor do indicador é de R\$ 9.854, representando uma boa saúde financeira.

Liquidez Geral:

Liquidez Geral é um indicador utilizado para medir a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações e dívidas assumidas de médio e longo prazo. Ele é calculado da somatória do ativo circulante mais ativo não circulante dividido pelo passivo circulante mais passivo não circulante. O índice mínimo é de 1, abaixo de 1, indica problemas de liquidez no médio e longo prazo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor do indicador é de 3,84 ou seja, a empresa no período findo em 31 de dezembro de 2021 não apresenta problemas de liquidez no médio e longo prazo.

Liquidez Corrente:

Esse indicador tem como finalidade evidenciar a capacidade de pagamento no curto prazo. Ele é calculado da divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Um índice inferior a 1, indica problemas prementes de liquidez. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor do indicador é de 2,26, ou seja, a Companhia possui caixa suficiente para honrar os pagamentos no curto prazo sem dificuldades.

Em relação a estrutura de capital, podemos avaliar alguns indicadores, conforme demonstrado abaixo:

Participação de Capitais de Terceiros:

Indica qual a “dependência” dos negócios em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos trabalhistas e tributários) e é calculado da somatória entre o passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo ativo total. Uma participação próxima a 1 demonstra insolvência e extrema dependência de terceiros. Consideramos uma participação ideal seja inferior a 0,6. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a participação de capital de terceiros é de 0,17.

Composição do endividamento a curto prazo:

Evidência qual o nível de exigibilidade de curto prazo no endividamento. A composição do cálculo é a divisão do passivo circulante somado com o passivo circulante mais passivo não circulante. Não existe uma regra geral para determinar qual o ideal para este índice, entretanto quando menor for o indicador maior a “folga” em relação as dívidas e compromissos existentes. Em 31 de dezembro de 2021 o indicador é de 0,53.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício de 2020

O exercício de 2020 foi marcado por conquistas e desafios. Devido à crise causada pela pandemia do Coronavírus que afetou diretamente a economia e os mercados de forma geral a partir do final de fevereiro, em um ano que se iniciou com boas perspectivas macroeconômicas e bastante favorável ao ambiente de negócios que a Companhia atua.

O ano de 2020 foi muito especial para Companhia e suas controladas. Como sabemos, 2020 foi marcado como um ano totalmente atípico em decorrência a pandemia do novo Coronavírus e mesmo diante dessa pandemia a Companhia e suas controladas concentraram esforços para obter as autorizações necessárias mediante as aprovações, oferecer um serviço de qualidade a todos nossos clientes.

REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Controla indireta)

Durante o exercício de 2020, recebemos autorizações junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a saber:

- Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.
- Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014.
- Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808.
- Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073.
- Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As comparações abaixo, foram impactadas de forma direta pelo (a) crescimento orgânico da Companhia (b) autorizações recebidas conforme mencionado anteriormente (c) captação de novos clientes e estruturas.

A receita de prestação de serviço bruta no consolidado teve um aumento significativo de 909% comparado com o mesmo período no ano anterior, sendo R\$ 17.480 mil em 2020 e R\$ 1.732 mil em 2019.

O lucro antes dos impostos consolidados, apresentou um aumento de 105% comparado com o mesmo período no ano anterior, revertendo o prejuízo em R\$ 387 mil, comparado com o prejuízo de R\$ 7.571 de 2019.

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 5.417 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 35% em relação a 31 de dezembro de 2019.

O total de ativos da Companhia, controladora e consolidado, totalizaram R\$ 5.697 mil e R\$ 13.116, respectivamente, aumento de 54% e 86%.

No que refere a Companhia em honrar os compromissos financeiros assumidos, cabe mencionar que a Companhia tem os seguintes ativos de alta liquidez: (a) Caixa e equivalente de caixa, quem em 31 de dezembro de 2020 totalizavam R\$ 152 mil, representado, basicamente, por aplicações em cotas de fundos de investimentos de alta liquidez e compostos por títulos públicos de baixo risco.

Apresentamos a seguir alguns indicadores, que julgamos essenciais e necessários para análises, dos números em 2020:

Indicadores 2020:

Capital circulante líquido:

O capital circulante líquido é a diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, despesas pagas antecipadas e outros valores a receber) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar, e outras valores a pagar). Quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido próprio. Quando o ativo circulante é menor que o passivo circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido negativo ou de terceiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor do indicador é de R\$ 734, representando uma boa saúde financeira.

Liquidez Geral:

Demonstra a viabilidade de médio e longo prazo dos pagamentos de compromissos já assumidos. O índice mínimo é de 1, abaixo de 1, indica problemas de liquidez no médio e longo prazo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor do



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

indicador é de 1,71, ou seja, a empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não apresentou problemas de liquidez no médio e longo prazo.

Liquidez Corrente:

Esse indicador tem como finalidade evidenciar a capacidade de pagamento no curto prazo. Um índice inferido a 1, indica problemas prementes de liquidez. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor do indicador é de 2,72, ou seja, a Companhia possui caixa suficiente para honrar os pagamentos no curto prazo sem dificuldades.

Em relação a estrutura de capital, podemos avaliar alguns indicadores, conforme demonstrado abaixo:

Participação de Capitais de Terceiros:

Indica qual a “dependência” dos negócios em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos trabalhistas e tributários). Uma participação próxima a 1 demonstra insolvência e extrema dependência de terceiros. Consideramos uma participação ideal seja inferior a 0,6. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a participação de capital de terceiros é de 0,58%.

Composição do endividamento a curto prazo:

Evidência qual o nível de exigibilidade de curto prazo no endividamento. Não existe uma regra geral para determinar qual o ideal para este índice, entretanto quando menor for o indicador maior a “folga” em relação as dívidas e compromissos existentes. Em 31 de dezembro de 2020 o indicador é de 0,45.

b. estrutura de capital

Abaixo apresentamos um comparativo dos últimos três exercícios em relação a estrutura de capital da Companhia e suas controladas:

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 79% de capital próprio e 21% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta de 74% de capital próprio e 26% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta de 65% de capital próprio e 35% de capital de terceiros.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

C. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A diretoria acredita que a Companhia apresenta condições plenas para honrar seus compromissos financeiros em geral. Durante os últimos exercícios sociais, todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, a Companhia tem mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. Considerando o perfil de seu endividamento, o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia, conforme descritos no item “b” acima, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, acredita-se ter capacidade para contratá-los. Para informações adicionais sobre empréstimos e financiamentos, vide item (f).

Abaixo apresentamos a evolução do lucro líquido da Companhia nos últimos três exercícios:

Condições Financeiras (R\$ mil)	2022	2021	2020
Lucro líquido (Prejuízo) do período	4.910	8.123	(1.157)

Adicionalmente, apresentamos o comparativo da rubrica de caixa equivalente ativo este de liquidez imediata e sem restrições:

Condições Financeiras (R\$ mil)	2022	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	7.160	3.885	231

Apresentamos a seguir o comparativo da rubrica de títulos e valores mobiliários este de liquidez em D+1 com finalidade para novos investimentos:

Condições Financeiras (R\$ mil)	2022	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários	35.245	26.134	805



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas da Companhia foram os caixas gerados por meio de suas atividades operacionais.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende utilizar capital próprio referente a geração de caixa operacional.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos, bem como nos últimos três últimos exercícios sociais.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamentos nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento ou empréstimo nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstração do resultado

COMPARABILIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AH (%)	AH (R\$)
Receita líquida	81.403	100%	41.007	99%	40.396
(Despesas) e outras receitas					
Gerais e administrativas	(65.387)	-80%	(29.468)	122%	(35.919)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.607)	-8%	555	-1290%	(7.162)
Outras receitas	61	0%	487	-87%	(426)
Lucro operacional	9.470	12%	12.581	-25%	(3.111)
Resultado financeiro	2.696	3%	(689)	-491%	3.385
Lucro antes dos impostos	12.166	15%	11.892	2%	274
Imposto de renda e contribuição social	(7.256)	-9%	(3.769)	93%	(3.487)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	4.910	6%	8.123	-40%	(3.213)

COMPARABILIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AH (%)	AH (R\$)
Receita líquida	41.007	100%	16.419	150%	24.588
(Despesas) e outras receitas					
Gerais e administrativas	(29.468)	-72%	(16.160)	82%	(13.308)
Resultado de equivalência patrimonial	555	1%	-	100%	555
Outras receitas	487	1%	661	-26%	(174)
Lucro operacional	12.581	31%	920	1268%	11.661
Resultado financeiro	(689)	-2%	(533)	29%	(156)
Lucro antes dos impostos	11.892	29%	387	2973%	11.505
Imposto de renda e contribuição social	(3.769)	-9%	(1.544)	144%	(2.225)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	8.123	20%	(1.157)	-802%	9.280



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARABILIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AH (%)	AH (R\$)
Receita líquida	16.419	100%	1.667	885%	14.752
(Despesas) e outras receitas					
Gerais e administrativas	(16.160)	-98%	(9.620)	68%	(6.540)
Resultado de equivalência patrimonial	-	0%	97	-100%	(97)
Ganho e perdas com investimentos	-	0%	267	-100%	(267)
Outras receitas	661	4%	-	100%	661
Lucro operacional	920	6%	(7.589)	-112%	8.509
Resultado financeiro	(533)	-3%	18	-3061%	(551)
Lucro antes dos impostos	387	2%	(7.571)	-105%	7.958
Imposto de renda e contribuição social	(1.544)	-9%	(120)	1187%	(1.424)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1.157)	-7%	(7.691)	-85%	6.534

Fluxo de caixa

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(127.444)	12.557	(1.040)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades investimentos	(15.330)	(26.209)	2.482
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades financiamentos	146.049	17.306	(1.419)



2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:



2.2 Resultados operacional e financeiro

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia acredita num modelo totalmente voltado ao cliente, que se resume em desburocratizar as operações e gerar benefícios, principalmente, ao cliente, em um mercado corporativo brasileiro complexo, principalmente no que tange a parte tributária.

Nesse sentido, a Companhia e suas controladas vislumbram um grande mercado potencial de atuação no Brasil e ao longo dos últimos 10 anos, tem conseguido aumentar seu *market share*, criando uma forte base de relacionamento com clientes potenciais, apresentando uma gama de serviços e acreditamos no aumento de nossas receitas de forma orgânica.

Acreditamos que um dos nossos diferenciais é estar ao lado do cliente nas operações do dia a dia, e atender de forma ágil e eficaz as demandas em todas as linhas de negócios.

Apresentamos a seguir as principais fonte de receita da Companhia, que são compostas, basicamente, por 5 principais fonte de receitas:

Gestão:

(i) Gestão de fundos de investimentos:

A REAG tem a própria gestora de recursos, de forma independente e voltada para a administração de fundos de investimento. Essa área da empresa conta com uma equipe de gestores com ampla experiência pautada por uma filosofia de investimentos com processos muito bem definidos e um rígido controle de risco das posições dos fundos.

A companhia busca, por meio de estratégias diversificadas e descorrelacionadas, trazer aos clientes um retorno consistente de longo prazo acima dos benchmarks de cada estratégia e objetivo descritos nas atividades do fundo.

Apresentamos a seguir as receitas originadas da gestão de fundos:

Gestão de fundos de investimentos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida - Gestão	2.048	2.659	5.516

(ii) Desenvolvimento & Representação Imobiliária e Patrimonial

Oferecemos uma combinação de operações imobiliárias e soluções financeiras para atender com assertividade as estratégias patrimoniais de nossos clientes.

Nossos especialistas participam ativamente no dia a dia do empreendimento, seja em aquisições, desenvolvimento, leasing ou gestão de propriedades. Praticamos a cultura de *ownership*, sempre entendendo as dores e tratando os investimentos dos clientes como se fossem da própria REAG. Na nossa visão, essa conduta garante maior eficiência nos serviços prestados e proporciona mais confiança, conforto e segurança para os clientes.

Atuamos também como interlocutores de investidores junto aos players do mercado e órgãos reguladores (CVM, ANBIMA, Banco Central), além de representá-los na aquisição de ativos para desenvolvimento. Dispomos, ainda, de serviços de assessoria na representação



2.2 Resultados operacional e financeiro

em Conselhos de Administração de acordo com as melhores práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Transformamos oportunidades em valor com o auxílio de ferramentas de inteligência de mercado, que permitem diversificar as operações financeiras e aproveitar momentos mais oportunos para investir, mitigando riscos e provendo maior potencial de rentabilidade patrimonial.

(iii) Wealth Management

A REAG Wealth Management (RWM) é uma área responsável pelas atividades relacionadas à gestão patrimonial, bem como apoio aos clientes, trabalhando em coordenação com os demais times e estruturas da empresa.

A RWM trabalha no conceito de *multi family office* (MFO) para atender grupos familiares em busca de soluções institucionais.

Assim como os demais times da REAG, esse departamento conduz suas atividades de forma independente e sempre de acordo com os interesses dos clientes.

O modelo de suporte é *client-centric*. Isso significa que as soluções propostas pelo time da RWM buscam sempre se compatibilizar às necessidades e vontades expressas.

Customização é a principal ferramenta que entregamos para atender investidores com expectativas e demandas institucionais.

A RWM tem um time de executivos com mais de trinta anos de experiência individual em um amplo espectro da indústria financeira e de gestão de recursos: bancos, assets, entidades fechadas de previdência complementar, MFOs e corretoras.

Serviços Fiduciários:

(i) Administração de fundos

Como gestora dos fundos de investimento de nossos clientes, a REAG é a responsável pelos ativos e por suas informações, tanto em relação aos próprios cotistas quanto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). À REAG compete a realização de uma série de atividades gerenciais e operacionais, dentre as quais se destacam:

- Praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, bem como exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, dentro dos limites legais e das regras estabelecidas pela CVM;
- Contratar obrigatoriamente um auditor independente, que deverá ser registrado na CVM para auditar as demonstrações contábeis do Fundo;
- Contratar para gerenciar a carteira do Fundo, caso necessário, outra pessoa física ou jurídica, devidamente credenciada pela CVM;
- Contratar terceiros legalmente habilitados para a prestação dos seguintes serviços relativos às atividades do Fundo: atividades de tesouraria e de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários, escrituração da emissão e resgate de cotas, custódia,



2.2 Resultados operacional e financeiro

consultoria de investimentos, distribuição de cotas e classificação de risco por agência especializada.

Serviços financeiros	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Total de receitas	77.748	38.029	19.101

(ii) **Controladoria**

Os serviços de Controladoria de Fundos de Investimento da REAG se resumem à execução dos processos ligados ao controle dos ativos e passivos, bem como os procedimentos contábeis, conforme a legislação em vigor e as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores:

- Apreçamento dos ativos nas carteiras,
- Cadastro e controle de cotistas, incluindo suas aplicações e resgates;
- Provisionamento de taxas e despesas;
- Processamento e publicação da carteira;
- Cálculo do valor da cota;
- Elaboração de Balancetes e Demonstrações Financeiras;
- Apuração dos resultados;
- Publicação das informações contábeis.

(iii) **Custódia**

Os serviços de custódia da REAG compreendem, além da guarda (custódia) dos ativos dos investidores (pessoa física, jurídica e institucionais) em fundos de investimento, a liquidação física e financeira dos ativos, seu registro, bem como a administração das atividades corporativas realizadas na conta do investidor e o controle de eventos associados a esses ativos. Isto é, fazemos a interface com as centrais depositárias do mercado: Cetip, Selic e B3.

(iv) **Escrituração**

A REAG, na figura de gestora diante dos cotistas de um fundo de investimento, é responsável pela geração e divulgação de uma série de informações relacionadas às atividades gerenciais e operacionais que exerce. Dentre essas atividades, pode-se incluir, mediante a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o serviço de escrituração.

(v) **Representação jurídica, fiscal e custódia para Investidores Não Residentes (INR)**

A REAG oferece os serviços de representação legal para Investidores Não Residentes (INR) que têm intenção de operar no mercado brasileiro.

No âmbito da Resolução CMN nº 4.373/14 (antiga 2689/2000), a REAG, como instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atua como representante legal de INR, segundo seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nosso



2.2 Resultados operacional e financeiro

objetivo é ajudar o INR a acessar o mercado financeiro e o de capitais com eficiência, segurança e a adequada governança.

Operações de Crédito

(i) Fundos REAG de crédito privado:

Os fundos de crédito privado da REAG estão estruturados para originar oportunidades em diversos setores da economia que irão rapidamente se beneficiar da recuperação econômica no pós-pandemia, período em que provavelmente será possível capturar rentabilidades atrativas;

Equipe dedicada e altamente especializada e *data-base* proprietária na Área de Crédito, com extensa experiência combinada, liderando a originação, análise de crédito, estruturação, monitoramento e cobrança, além de uma equipe comercial com profundo conhecimento dos segmentos e um amplo relacionamento e histórico, com os principais clientes que fazem parte do público-alvo;

Suporte do Departamento Econômico da REAG na análise dos ambientes macroeconômicos e setoriais.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2022, o segmento apresentou uma receita de R\$ 1.608 mil (R\$ 319 mil em 31 de dezembro de 2021).

Assessoria e consultoria financeira

Nossos serviços de assessoria e consultoria financeira surgiram para dar as respostas, da forma mais assertiva possível, que nossos clientes buscam quando decidem investir, desinvestir ou equilibrar seus investimentos.



2.2 Resultados operacional e financeiro

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhias nos últimos exercícios.



2.2 Resultados operacional e financeiro

- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.



2.2 Resultados operacional e financeiro

- C. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não houve impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.



2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As políticas contábeis aplicadas neste Formulário de Referência são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo REAG em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.



2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve ressalvas e/ou ênfase dos auditores em relação a demonstração financeiras da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve parágrafo de ênfase referente a reemissão das demonstrações financeiras.

Conforme nota explicativa nº 2.6, a administração da Companhia emitiu em 22 de abril de 2021 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No contexto da intenção de se obter o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, foram necessárias adaptações para atendimento às normas da CVM, incluindo apresentação das demonstrações financeiras em IFRS e, por esse motivo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reemitidas para esse fim.



2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o exercício de 2022 não houve alienação de segmento operacional na Companhia.

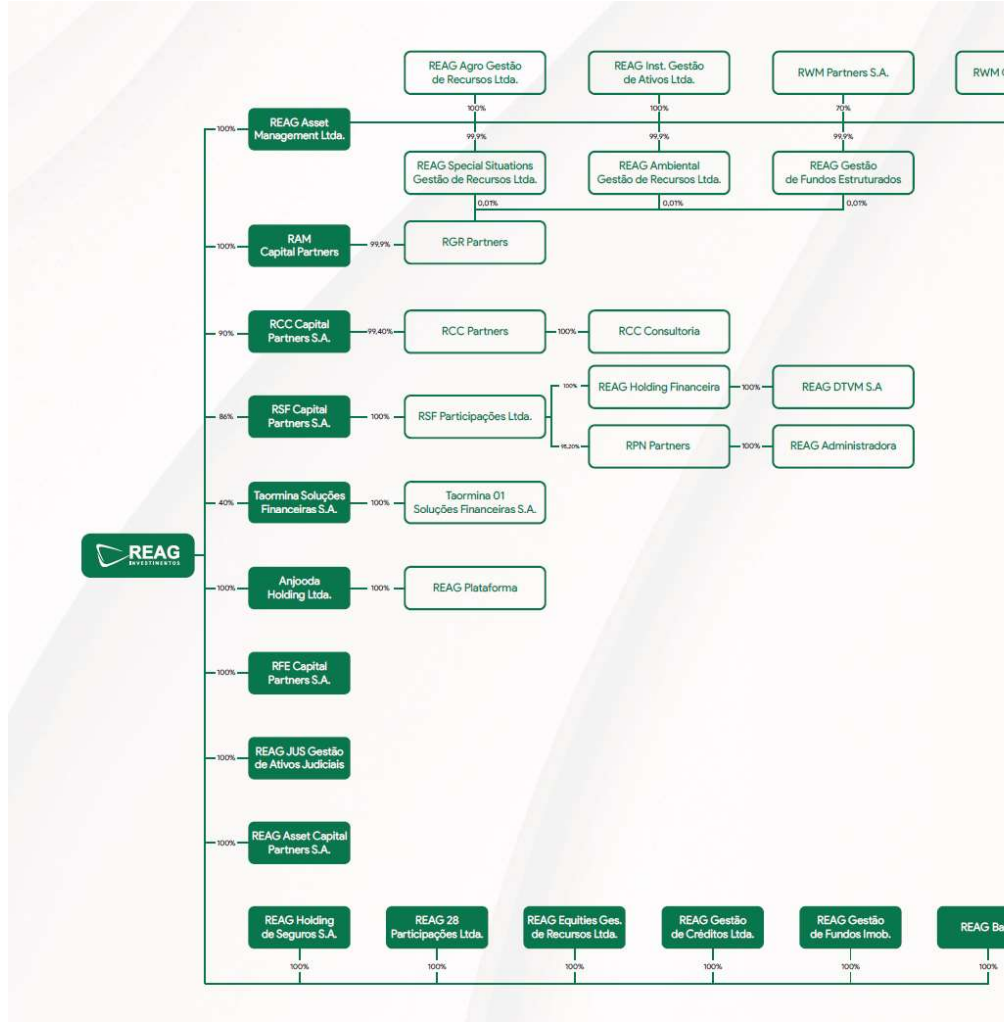
Para o exercício de 2021, conforme destacado no tópico a seguir item (b) a BLUM Participações Ltda., em 12 de novembro de 2021 não faz mais parte do Grupo REAG Investimentos. Consequentemente a controlada direta REAG Securitizadora, companhia responsável pela coordenação e emissão de Certificados de Crédito do Agronegócios (CRA) e Certificados de Crédito Imobiliário (CRI) não faz mais parte do lucro, desta forma, alienando esse tipo de segmento operacional.

Por outro lado, houve a introdução de três novos segmentos operacionais: Crowdfunding, Crédito Consignado e a área de Wealth Management.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais reorganizações societárias da Companhia ocorrida no exercício de 2022, foram:



(a) REAG 28 PARTICIPAÇÕES LTDA.

A Sociedade tem por objeto social (i) Investimentos e administração (gestão) de participações em quotas ou ações de outras sociedades, sejam elas nacionais ou estrangeiras, como sócia quotista, acionista, ou em conta de participação de diversos ramos de atividade, e (ii) Administração e gestão de suas controladas. O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, bens e direitos é de R\$ 123.096.000 (cento e vinte e três milhões, noventa e seis mil reais), dividido em 123.096.000 (cento e vinte e três milhões, noventa e seis mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2022 a REAG Investimentos S.A. possui 100% do capital social da Companhia.

(b) REAG ASSET MANAGEMENT LTDA.



2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A Sociedade tem por objeto social o exercício profissional da atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, notadamente a gestão de recursos de terceiros, incluindo a aplicação de recursos financeiros no mercado de valores mobiliários por conta de fundos de investimentos sob sua gestão, a consultoria de valores mobiliários e a distribuição de cotas de fundos de investimentos de que seja gestora, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 21, de 25 de fevereiro de 2021). O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, bens e direitos é de R\$ 608.000 (seiscentos e oito mil reais), dividido em 608.000 (seiscentas e oito mil) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2022 a REAG Investimentos S.A. possui 100% do capital social da Companhia.

A Companhia participa como sócia direta na seguinte empresa:

(a) TAORMINA SOLUÇÕES FINANCEIRAS S.A.

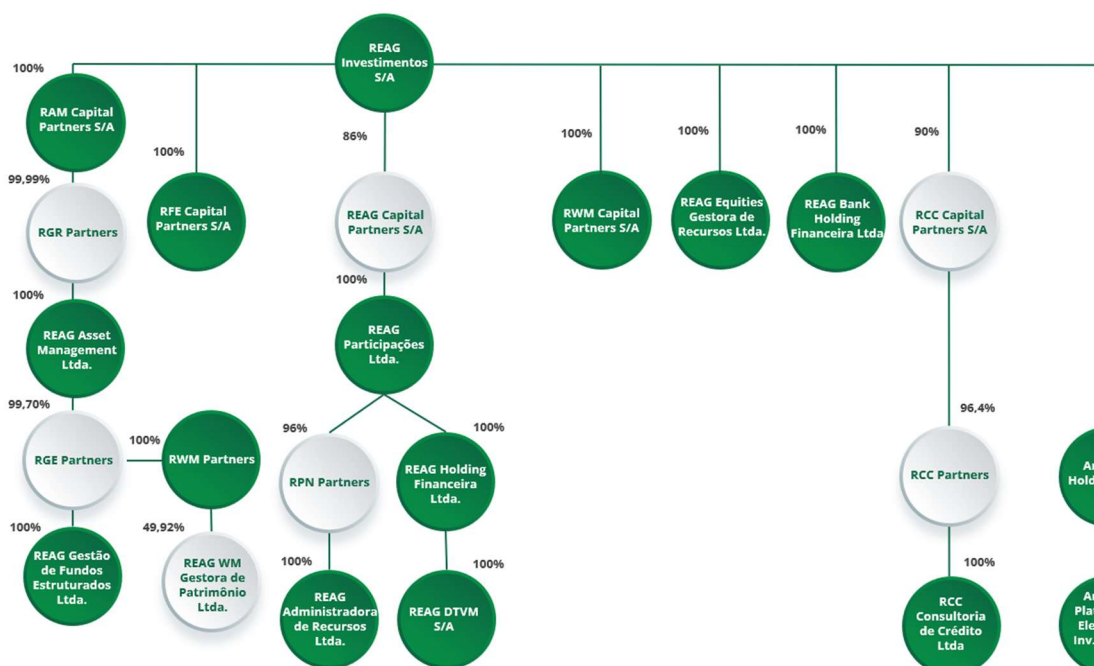
A Sociedade tem por objeto o exercício profissional da atividade de pagamento em nome de terceiros, correspondente bancário, correspondente de instituições financeiras e serviços de recebimento de conta em nome de instituições financeiras, administração de cartões de débito e de crédito, assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional para a gestão do negócio prestados a empresas e a outras organizações, cobrança de faturas e de dívidas para clientes e a transferência aos clientes dos pagamentos recebidos, bem como compilação de informações. cobrança de faturas e de dívidas para clientes e a transferência aos clientes dos pagamentos recebidos, bem como compilação de informações, como históricos de crédito, de emprego, para empresas clientes, e fornecimento de informações sobre a capacidade de endividamento de pessoas e de empresas a instituições financeiras, ao comércio e a empresas de outras atividades que necessitam avaliar a capacidade de crédito de pessoas e empresas. Em 31 de dezembro de 2022 a REAG Investimentos S.A. possui 40% do capital social da Companhia.

(b) REAG HOLDING DE SEGUROS S.A.

A Sociedade tem por objeto social (i) Investimentos e administração (gestão) de participações em quotas ou ações de outras sociedades, sejam elas nacionais ou estrangeiras, como sócia quotista, acionista, ou em conta de participação de diversos ramos de atividade, e (ii) Administração e gestão de suas controladas. O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, bens e direitos é de R\$ 107.429.350 (cento e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, e trezentos e cinquenta reais), dividido em 107.429.350 (cento e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, e trezentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 a REAG Investimentos S.A. possui 13,25% do capital social da Companhia.

As principais reorganizações societárias da Companhia ocorrida no exercício de 2021, foram:

2.4 Efeitos relevantes nas DFs



(a) RAM CAPITAL PARTNERS S.A. (Anteriormente denominada AFT-K Participações Ltda).

Conforme 3ª Alteração do Contrato Social datada em 30 de abril de 2021, a sócia LUMABE PARTICIPAÇÕES LTDA., retira-se da Sociedade, com expressa anuência dos demais sócios da Sociedade que renunciam ao direito de preferência, mediante a cessão e transferência das mil cotas que detém na Sociedade, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, à sócia REAG INVESTIMENTOS S.A., qualificada acima que ora é admitida como sócia da Sociedade.

Por fim, conforme a mesma alteração contratual, a sócia ingressante, REAG INVESTIMENTOS S.A. decide aumentar o capital social da Sociedade de R\$ 1.000 para R\$ 601.994, aumento este, portanto, na quantia de R\$ 600.994, mediante a emissão de 600.994 novas quotas, que são neste ato totalmente subscritas pela sócia ingressante, em bens e direitos que são integralizadas neste ato.

A Sócia ingressante decide que a integralização das quotas acima, se dá em direitos, e, portanto, mediante a conferência de bens, representada pela cessão e entrega de 600.994 cotas de emissão da RGR Partners Participações Ltda.

(b) RGR PARTNERS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme 19ª Alteração do Contrato Social datada em 5 de março de 2021, a sócia RAM CAPITAL PARTNERS S.A. (Anteriormente denominada AFT-K Participações Ltda), retira-se da Sociedade, neste ato, com expressa anuência dos demais sócios da Sociedade que renunciam ao direito de preferência, mediante a cessão e transferências das 600.993 quotas que possui da Sociedade, no valor nominal de R\$ 600.993 à sócia REAG Investimentos S.A, nos termos do Instrumento de Distrato firmado em 23 de março de 2021.

Conforme 21ª Alteração do Contrato Social datada em 30 de abril de 2021, a sócia REAG Investimentos S.A., retira-se da Sociedade, com a expressa anuência dos demais sócios da



2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Sociedade que renunciam ao direito de preferência, mediante a cessão e transferência das 600.994 quotas que possui na Sociedade, no valor nominal de R\$ 600.994 à sócia RAM CAPITAL PARTNERS S.A. (Anteriormente denominada AFT-K Participações Ltda).

(c) REAG PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme 3ª Alteração do Contrato Social datada em 30 de abril de 2021, a sócia REAG Investimentos S.A., retira-se da Sociedade, neste ato, mediante a cessão e transferência das 802.000 quotas que possui na Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 802.000, à sócia REAG CAPITAL PARTNERS S.A.

(d) REAG BANK HOLDING FINANCEIRA LTDA.

Conforme 4ª Alteração do Contrato Social datada em 24 de fevereiro de 2021, a sócia COPACA Consultoria Imobiliária Ltda., retira-se da Sociedade, neste ato, mediante a cessão das 26.000.000 quotas que possui na Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, bens e direitos, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 26.000.000,00, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A.

(e) ANJOODA HOLDING LTDA.

Conforme ato de constituição em 31 de julho de 2020, o capital social da Empresa, totalmente integralizado, é de R\$ 1.000, dividido em 1.000 quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas a sócia I9 Serviços Administrativos Ltda.

Conforme 1ª Alteração do Contrato Social em 9 de abril de 2021, a sócia I9 Serviços Administrativos Ltda. retira-se da Sociedade, mediante a transferência onerosa das 1.000 quotas que possui na Sociedade, pelo valor de R\$ 1.000, a ser pago em até 30 dias, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 1.000, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A.

Na mesma alteração do Contrato Social acima mencionado, a Sócia REAG Investimentos S.A., decide aumentar o capital social da Sociedade de R\$ 1.000,00 para R\$ 51.000,00, aumento este, portanto, na quantia de R\$ 50.000,00, mediante a emissão de 50.000 novas quotas, que são neste ato totalmente subscritas e integralizadas pela sócia, em moeda corrente nacional e bens e direitos, conforme ata de reunião de sócios, devidamente arquivada na sede desta sociedade.

(f) RFE CAPITAL PARTNERS S.A.

Conforme 1ª Alteração do Contrato Social a então sócia I9 Serviços Administrativos Ltda., retira-se da Sociedade neste ato, mediante a cessão e transferência onerosa das 1.000 quotas que possui na Sociedade, pelo valor de R\$ 1.000, a ser pago em até 30 dias, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 1.000, que corresponde ao total de quotas que possui na Sociedade, à sócia ingressante REAG Gestora de Recursos S.A.

No mesmo ato, a sócia decide alterar a denominação social da Sociedade de REAG 10 Participações Ltda., para RFE Capital Partners S.A.

No mesmo ato, a sócia delibera e aprova, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a transformação da Sociedade, que passará a se revestir de forma de sociedade anônima de capital fechado, adotando a denominação RFE CAPITAL Partners S.A., com o capital social



2.4 Efeitos relevantes nas DFs

de R\$ 1.000, passará a ser representado por 1.000 (mil) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em 06 de dezembro de 2021 a então sócia REAG Gestora de Recursos S.A., declara que transfere por cessão onerosa à REAG Investimentos S.A. 1.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal a REAG Investimentos S.A.

(g) RWM CAPITAL PARTNERS S.A.

Conforme 1ª Alteração do Contrato Social, a então sócia I9 Serviços Administrativos Ltda., retira-se da Sociedade neste ato, mediante a cessão e transferência onerosa das 1.000 (mil) quotas que possui na Sociedade, pelo valor de R\$ 1.000 (mil reais), a ser pago até 30 dias, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 1.000,00, que corresponde ao total de quotas que possui na Sociedade, à sócia ingressante REAG Gestora de Recursos S.A., acima qualificada, doravante referida simplesmente como sócia.

A Sócia decide alterar a denominação social da Sociedade de REAG 09 Participações Ltda., para RWM Capital Partners S.A.

Por fim, no mesmo ato, a sócia delibera e aprova, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a transformação da Sociedade, que passará a se revestir de forma de sociedade anônima de capital fechado, adotando a denominação RWM Capital Partners S.A., com capital social de R\$ 1.000 (mil reais), passará a ser representado por 1.000 (mil) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em 06 de dezembro de 2021 a então sócia REAG Gestora de Recursos S.A., declara que transfere por cessão onerosa à REAG Investimentos S.A. 1.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal a REAG Investimentos S.A.

(h) RCC CAPITAL PARTNERS S.A.

Conforme 1ª Alteração do Contrato Social em 06 de outubro de 2021, a então sócia I9 Serviços Administrativos Ltda., retira-se da Sociedade, mediante a cessão e transferência onerosa das 1.000 quotas que possui na Sociedade, pelo valor de R\$ 1.000, a ser pago em até 30 dias, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 1.000, que corresponde ao total de quotas que possui na Sociedade, à sócia ingressante REAG Gestora de Recursos S.A.

Ainda conforme 1ª Alteração do Contrato Social, a nova sócia decide alterar a denominação social da Sociedade de REAG 08 Participações Ltda., para RCC Capital Partners S.A.

Por fim, a sócia delibera e aprova, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a transformação da Sociedade, que passará a se revestir de forma de sociedade anônima de capital fechado, adotando a denominação RCC Capital Partners S.A., com capital social de R\$ 1.000, que passará a ser representado por 1.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em 06 de dezembro de 2021, a sócio REAG Asset Management Ltda. (Anteriormente denominada REAG Gestora de Recursos S.A.) retira-se da Sociedade mediante a cessão e transferência onerosa das 1.000 quotas que possui na Sociedade, pelo valor de R\$ 1.000, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 1.000, que corresponde ao total de quotas que possui na



2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Sociedade, à sócia ingressante REAG Investimentos S.A.

Conforme ata de reunião anual de sócios em 21 de dezembro de 2021, o acionista decide aprovar o aumento do capital social, que passará de R\$ 1.000, para R\$ 1.200.000, perfazendo-se, portanto, um aumento na quantia de R\$ 1.199.000,00, mediante a emissão de 1.199.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada.

As Novas Ações são neste ato totalmente subscritas e parcialmente integralizadas na forma do Boletim de Subscrição, sendo integralizado neste ato R\$ 929.764, em bens e direitos e o saldo de R\$ 269.236 será integralizado pelo Acionista em moeda corrente nacional, bens ou direitos até 31 de dezembro de 2022.

(i) RSF CAPITAL PARTNERS S.A.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 30 de abril de 2021, o único acionista da Companhia decide aprovar, sem quaisquer restrições a alteração do Estatuto da Companhia, no sentido de aumentar o seu capital social, que passará de R\$ 101.100, para R\$ 903.100, para, perfazendo-se, portanto, um aumento na quantia de R\$ 802.000, mediante a emissão de 802.000 ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma.

A totalidade das Novas Ações são subscritas e integralizadas são subscritas na forma do Boletim de Subscrição, sendo o valor subscrito, totalmente integralizado através de conferência de bens representada pela cessão de 802.000 cotas de emissão da REAG Participações Ltda.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2021, o único acionista da Companhia decide aprova, sem quaisquer restrições (a) Alteração da denominação social da Companhia para RSF Partners S.A. (b) O aumento do capital social no valor de 296.900 em moeda corrente nacional, bens e direitos, a ser integralizada pela REAG Investimentos S.A., até 31 de dezembro de 2022.

Conforme formalizado em 23 de dezembro de 2021 o Acordo de Acionistas entre RSF Capital Partners S.A., REAG Investimentos S.A. e os novos acionistas, foi cedido de forma onerosa o percentual de 14% aos novos acionistas. Essa cessão de forma onerosa prevê o pagamento dos novos acionistas em até 10 anos.

(j) REAG PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme 3ª Alteração do Contrato Social em 30 de abril de 2021, a então sócia REAG Investimentos, retira-se da Sociedade, mediante a cessão e transferências das 802.000 quotas que possui na Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 802.000, que corresponde ao total de quotas que possui na Sociedade, à sócia REAG Capital Partners S.A.

(k) BLUM PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme 3ª Alteração do Contrato Social em 12 de novembro de 2021, a então sócia REAG Investimentos, retira-se da sociedade mediante a cessão das 501.000 quotas que possui na Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, bens e direitos, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 501.000, que corresponde ao total de quotas que possui na Sociedade, à sócia ingressante Brain Realty Consultoria e Participações Imobiliárias S.A. Conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, a quantia representada por 100% do capital social da



2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Companhia será paga pela compradora até 15 de outubro de 2022.

As principais reorganizações societárias da Companhia ocorrida no exercício de 2020, foram:

(a) REAG PARTNERS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Conforme 15ª Alteração do Contrato Social em 10 de janeiro de 2020, a Sócia REAG Investimentos S.A., retira-se da Sociedade, mediante a cessão e transferência das 600.998 (seiscentas mil, novecentas e oitenta e oito) quotas que possui na Sociedade, no valor total de R\$ 600.998 (seiscentos mil, novecentos e oitenta e oito reais), à sócia AFT-K Participações Ltda.

(b) REAG CAPITAL PARTNERS S.A.

Em 2 de janeiro de 2020, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda, o Millenium Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (vendedor) retira-se da Companhia, por meio da alienação da totalidade de suas respectivas ações ao Comprador – REAG Investimentos S.A. A totalidade das ações transferidas foi de 101.100 (cento e uma mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo valor de R\$ 101.100 (cento e um mil e cem reais).

(c) REAG PARTICIPAÇÕES LTDA.

Em 3 de fevereiro de 2020, conforme Instrumentos de Constituição da REAG Participações Ltda., a REAG Investimentos S.A. tem justo e contratado, a constituição de uma sociedade empresária limitada unipessoal, possuindo a totalidade de suas quotas que representada por 1.000 (uma mil) quotas ao valor de R\$ 1.000 (mil reais).

(d) REAG HOLDING FINANCEIRA LTDA.

Conforme 2ª Alteração do Contrato Social em 19 de março de 2020, os sócios ingressam na Empresa, com expressa anuência da sócia REAG Investimentos S.A., mediante a subscrição na Empresa de 799.920 (setecentas e noventa e nove mil, novecentas e vinte) novas quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 799.920,00 (setecentas e noventa e nove mil, novecentos e vinte reais), as quais são integralizadas neste ato, mediante a conferência de bens de 799.920 (setecentas e noventa e nove mil, novecentas e vinte) ações ordinárias nominativas de sua propriedade, de emissão da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Ato seguinte, o sócio, ingressa na Empresa, com expressa anuência dos demais sócios, mediante a subscrição na Empresa de 80 (oitenta) novas quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 80,00 (oitenta reais), as quais são integralizadas neste ato, mediante conferência de bens de 80 (oitenta) ações ordinárias nominativas de sua propriedade, de emissão da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



2.4 Efeitos relevantes nas DFs

C. eventos ou operações não usuais

A Diretoria da Companhia informa que não houve no último exercício social ou no exercício corrente, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia



2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Os itens referenciados abaixo são facultativos em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- a. informar o valor das medições não contábeis
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações



2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

- a. regras sobre retenção de lucros
- b. regras sobre distribuição de dividendos
- c. periodicidade das distribuições de dividendos
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

	2022	2021	2020
Regras sobre a retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros acumulados para futuro aumento de capital ou novos investimentos.	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros acumulados para futuro aumento de capital ou novos investimentos.	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva de lucros acumulados para futuro aumento de capital e/ou amortização de prejuízo da Companhia.



2.7 Destinação de resultados

<p>Valores das retenções de lucros</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido, e realizou as seguintes destinações: (i) 5% do lucro líquido à constituição de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$ 559; e o restante retido na rubrica de reserva de lucros.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido, e realizou as seguintes destinações: (i) 5% do lucro líquido à constituição de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$ 407; e (ii) 20% já distribuídos ao longo dos exercícios de 2021, sendo R\$ 1.680 e o restante retido na rubrica de reserva de lucros.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido, por apresentar prejuízo durante o exercício</p>
<p>Regras sobre a distribuição de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 5% do Lucro Líquido Ajustado. Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 5% do Lucro Líquido Ajustado. Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 5% do Lucro Líquido Ajustado. Considera-se Lucro Líquido Ajustado, aquele definido no Artigo 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.</p>



2.7 Destinação de resultados

<p>Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>
<p>Restrições às distribuições de dividendos</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>



2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iii. contratos de construção não terminada

A Diretoria da Companhia esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia informa que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e no último exercício social.



2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

10.9 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

Conforme descrito na seção relacionada a Fatores de Risco do referido Formulário de Referência, “Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos na saúde e na economia do Brasil e de tantos países ao redor do mundo, a Companhia informa que vem tomando medidas preventivas e de mitigação dos riscos em conformidade com a OMS (Organização Mundial da Saúde), com a finalidade de minimizar os impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros, clientes, fornecedores e com a comunidade, bem como a continuidade de todas as operações. Todas as medidas são coordenadas por um Comitê e estão em conformidade com todas as leis vigentes. A extensão da pandemia pode resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios, além de efeitos financeiros que possa impactar os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.”, a COVID-19 não afetou os negócios, condições financeiras, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia, uma vez que, conforme indicado abaixo, houve um aumento significativo na receita operacional bruta da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Do ponto de vista financeiro e operacional, a pandemia da COVID-19, não trouxe qualquer impacto financeiro material na situação da Companhia e suas controladas. A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 o lucro líquido de R\$ 8.123mil, com destaque para o aumento orgânico na área de serviços fiduciários e criação de novas áreas de negócios, como por exemplo, Crédito Middle.

No ponto de vista regulatório, O Banco Central do Brasil intensificou a fiscalização das instituições financeiras em razão dos efeitos da pandemia do COVID-19 e, por conta disso, o monitoramento e reportes contínuos na controlada indireta REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários sobre sua situação de liquidez e risco de crédito.

Até a data desse referido Formulário de Referência, a Companhia e os respectivos auditores não identificaram qualquer ajuste de valor contábil relacionado a *impairment* ou outra consequência financeira que apresentasse prejuízos financeiros e operacionais para a Companhia. Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Diretoria continuará avaliando a evolução dos efeitos da pandemia do COVID-19 em nossos ativos, negócios, receitas e perspectivas futuras.

Todas as ações relacionadas ao COVID-19, dependerá da duração da pandemia. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com todos os parceiros, funcionários e familiares envolvidos, de acordo com o cenário vigente e com as melhores projeções possíveis. Em relação as principais estimativas e julgamentos contábeis que possam ter impactos materiais significativos nas informações financeiras, a Companhia avaliou cuidadosamente e para as informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e não houve impactos significativos a serem mencionados.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos realizados durante os períodos, estão relacionados a aquisição de ativos imobilizados e intangíveis. Durante o exercício de 2022, 2021 e 2020, os gastos relacionados a aquisição instalações, software, hardware totalizaram R\$ 1.084 mil, R\$ 436 mil, e R\$ 1.564 mil, respectivamente.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Conforme descrito no referido formulário de referência, a Companhia conta com o capital próprio para financiamento de investimentos, conforme descrito no item 2.10. deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, bem como desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, não houve aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de forma material a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia iniciou o projeto de implementação de um sistema bancário com finalidade de viabilizar transações financeiras do Grupo e de seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia conta com os novos produtos a seguir:

Crédito Performado: Através de fundos de direito creditório, a Companhia ajuda os clientes Middle market na obtenção de empréstimos de capital de giro com garantias e taxas de juros atraentes.

Crowdfunding: Através de uma plataforma totalmente voltada para captação de recursos para investimentos em empresas de pequeno porte (startup).

Crédito Consignado: Produto alinhado a necessidade de pessoas físicas na obtenção de empréstimos com taxas menores para pagamento de despesas em gerais.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram efetuadas nenhuma divulgação pela Companhia sobre informações ASG



2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Conforme descrito na seção relacionada a Fatores de Risco do referido Formulário de Referência, "Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos na saúde e na economia do Brasil e de tantos países ao redor do mundo, a Companhia informa que vem tomando medidas preventivas e de mitigação dos riscos em conformidade com a OMS (Organização Mundial da Saúde), com a finalidade de minimizar os impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros, clientes, fornecedores e com a comunidade, bem como a continuidade de todas as operações. Todas as medidas são coordenadas por um Comitê e estão em conformidade com todas as leis vigentes. A extensão da pandemia pode resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios, além de efeitos financeiros que possa impactar os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.", a COVID-19 não afetou os negócios, condições financeiras, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia, uma vez que, conforme indicado abaixo, houve um aumento significativo na receita operacional bruta da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Do ponto de vista financeiro e operacional, a pandemia da COVID-19, não trouxe qualquer impacto financeiro material na situação da Companhia e suas controladas. A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2022 o lucro líquido de R\$ 8.573 mil, com destaque para o aumento orgânico na área de serviços fiduciários.

No ponto de vista regulatório, O Banco Central do Brasil intensificou a fiscalização das instituições financeiras em razão dos efeitos da pandemia do COVID-19 e, por conta disso, o monitoramento e reportes contínuos na controlada indireta REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários sobre sua situação de liquidez e risco de crédito.

Até a data desse referido Formulário de Referência, a Companhia e os respectivos auditores não identificaram qualquer ajuste de valor contábil relacionado a *impairment* ou outra consequência financeira que apresentasse prejuízos financeiros e operacionais para a Companhia. Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Diretoria continuará avaliando a evolução dos efeitos da pandemia do COVID-19 em nossos ativos, negócios, receitas e perspectivas futuras.

Todas as ações relacionadas ao COVID-19, dependerá da duração da pandemia. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com todos os parceiros, funcionários e familiares envolvidos, de acordo com o cenário vigente e com as melhores projeções possíveis. Em relação as principais estimativas e julgamentos contábeis que possam ter impactos materiais significativos nas informações financeiras, a



2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Companhia avaliou cuidadosamente e para as informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não houve impactos significativos a serem mencionados.



3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que nossa Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades



3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções, as quais não foram apresentadas para os três últimos exercícios sociais.

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções, as quais não foram apresentadas para os três últimos exercícios sociais.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conforme informado no item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia tem por prática não divulgar projeções, as quais não foram apresentadas para os três últimos exercícios sociais.



4.1 Descrição dos fatores de risco

3.9 -OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 3.9.



4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

A Companhia é envolvida em exposição em determinados riscos. Os investidores ao tomar qualquer tipo de decisão de investimento em valores mobiliários da Companhia devem analisar de forma cuidadosa, todas as informações contidas nesse Formulário de Referência, e nas respectivas demonstrações financeiras da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de riscos descrito a seguir. Todos os fatores de risco a seguir, são de conhecimento da Companhia que na data do referido Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas controladas de forma adversa. Além disso, riscos adicionais ou imateriais considerados pela Companhia na data base deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia e suas controladas de forma adversa.

a. *ao Emissor*

Cenário Econômico: principais destaques de 2021 e proposições para o ano de 2022

Com o avanço da vacinação e a reabertura da economia, o ano de 2021 foi marcado pela recuperação da atividade e por uma inflação pressionada, decorrente tanto de problemas de oferta e rupturas nas cadeias produtivas, como também dos estímulos fiscais e monetários que estiveram presentes por grande parte do ano. Para 2021, a expansão da atividade econômica se beneficiou de uma base reprimida em 2020, com crescimento do PIB em 4,6%. Já a inflação ao final do ano superou os 10%. Em resposta a ela, o Banco Central elevou a taxa Selic em 725 bps em 2021, de 2% para 9,25%, e deve permanecer em território ainda mais contracionista ao longo de 2022. Soma-se a desafiadora perspectiva colocada no âmbito internacional com inflação em países centrais e o malgrado conflito instaurado entre Rússia e Ucrânia no início de 2022.

Economia brasileira

Para 2022, a normalização da atividade econômica e uma política monetária mais restritiva dão o tom do desafio para a economia brasileira. Os dados fragilizados para a atividade – indústria, varejo e comércio – trazem perspectiva pouco favorável, já que por tais pesquisas mensais, a desaceleração é evidente. Para 2022, a produção industrial, que foi beneficiada pelo maior consumo de bens durante a pandemia, volta a enfrentar os desafios usuais, como limitações na capacidade de produção e de alta competitividade no setor. Já o setor de serviços, o mais adversamente afetado pelas políticas de isolamento social, tem espaço para se recuperar um pouco mais, especialmente os serviços públicos e aqueles prestados às famílias. O setor agrícola também se beneficia com as projeções recordes de safra para o ano. Projetamos um crescimento baixo, porém ainda positivo, por conta dos setores primário e terciário, em 0,2% em 2022.

Pelo lado da demanda, o consumo segue prejudicado por condições financeiras mais apertadas e pela perda do poder de compra dos salários. Embora o mercado de trabalho tenha registrado melhoras nas últimas leituras, o desemprego continua elevado, o que contém pressão por reajuste e recomposição salarial. Dados divulgados pelo Dieese e pela FIPE apontam que existe dificuldade de os trabalhadores recuperarem a renda real, já que os reajustes salariais estão abaixo dos índices de inflação. O endividamento das famílias alcançou expressivos 49,4% da renda, e as taxas de juros cobradas às empresas e famílias vem se elevando em resposta ao aumento da taxa Selic.



4.1 Descrição dos fatores de risco

Se de um lado uma atividade mais fraca traz alívio para a inflação, há ainda muitos outros componentes voláteis afetando os preços, como commodities energéticas e alimentos, assim como a eventual pressão por reajustes que alimentam a inércia inflacionária. Projetamos que a alta de combustíveis deve uma das principais preocupações para o ano 2022, muito por conta do imbróglio no Leste Europeu, com a intervenção militar russa em território ucraniano, além da retirada de estímulos nos EUA e o arrefecimento do crescimento dos países avançados. Para o câmbio, vislumbramos um real mais valorizado muito por conta de a taxa básica de juros doméstica ser uma das maiores taxa de juros globais entre economias maduras. Assim, com o câmbio menos pressionado, entendemos que tal vetor também pode ajudar a conter a dinâmica inflacionária, mas há riscos ao longo do ano, trazidos pelas eleições presidenciais, eventuais mudanças no arcabouço fiscal e o próprio andar da carruagem entre Ucrânia e Rússia. Assim, a inércia inflacionária, especialmente no setor de serviços, que segue se recuperando, deve manter a inflação para este ano ainda fora da meta, e nossa projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA") é de 7% para 2022.

O atual ciclo de alta da taxa Selic começou em março de 2021, mas o juro entrou em terreno contracionista apenas no 4º trimestre do ano passado e deve se manter nesse campo até o final de 2023. Em geral, os efeitos de um aperto da política monetária são percebidos a partir de dois trimestres, ou seja, o segundo semestre deste ano deve registrar efeitos mais significativos. Até agora, temos visto resiliência nos dados de atividade mais sensíveis à política monetária e, do lado do crédito, o repasse do aumento da Selic também segue em ritmo moderado. Na reunião de março/22, o Copom elevou a Selic para 11,75% a.a. e sinalizou nova alta de 100 pontos base (pb) em maio. O BC buscou equilibrar argumentos em seu comunicado, na tentativa de ganhar flexibilidade em relação ao final do ciclo. Entre os pontos mais duros, além da própria sinalização de nova alta de 100 pb na próxima reunião, chama a atenção a indicação de que é apropriado que o ciclo de aperto "continue avançando significativamente em terreno ainda mais contracionista". Nossa expectativa é de uma Selic terminal de 13,25% e 8,5%, para o final de 2022 e 2023, respectivamente.

Na arena fiscal, a aprovação da PEC dos Precatórios confere mais gastos para 2022, e nossa projeção para a Dívida/PIB se alterou em função dela. Nossa expectativa é de retorno a superávit primário somente a partir de 2025. Em 2022, ainda há o risco de o baixo crescimento devido à alta de juros gerar surpresas negativas na arrecadação em virtude de lucros menores das empresas.

O comércio externo brasileiro deve manter uma tendência positiva devido ao baixo crescimento brasileiro em meio a um cenário de recuperação mundial. A expectativa é que as exportações permaneçam registrando bons números e as importações percam força com a desaceleração da economia doméstica. A balança de serviços deve apresentar alguma recuperação em relação a 2021 e 2020, porém o tamanho do déficit deve continuar ainda abaixo do registrado em anos anteriores. Em relação à renda primária, uma piora da atividade deve diminuir a quantidade de lucros e dividendos enviados ao exterior. Nesse sentido, espera-se que o déficit da conta corrente continue menor em 2022.

As consequências da guerra Rússia x Ucrânia para o Brasil serão similares àquelas para a economia global, mas com alguns atenuantes. O primeiro é a baixa exposição direta do país aos envolvidos no conflito. A Rússia representa 0,6% das nossas exportações e 2,6% das importações. Nossas exportações para terceiros países não devem ser materialmente afetadas e podem até mesmo se beneficiar do aumento de preços das commodities. Nossa maior exposição à Rússia se dá em fertilizantes. O Brasil importa cerca de 85% de todo o fertilizante que consome e cerca de 25% do total é proveniente daquele país e é, principalmente, usado para o plantio de soja. Esse é um risco para a próxima safra, uma vez



4.1 Descrição dos fatores de risco

que a atual já foi plantada, ainda que exista um estoque do produto que não foi utilizado na safra atual. Em relação ao trigo consumido no Brasil, apenas 0,4% do total importado é de origem russa, o que não nos exime do efeito preço global e do risco de falta de suprimento.

O PIB brasileiro não deve ser significativamente impactado diretamente, seja pela nossa baixa exposição comercial ou pelos fatores domésticos que sustentam algum crescimento, como os gastos dos governos locais, a recuperação do setor de serviços e a contribuição da agropecuária. Não podemos descartar, contudo, os efeitos indiretos de uma desaceleração mais pronunciada da atividade europeia. Mas resta-nos o impacto da inflação. De forma similar aos demais bancos centrais, o Copom terá o eventual dilema entre lidar com mais inflação em um momento de pressões já elevadas ou ter que desacelerar ainda mais a atividade.

A continuidade da melhor performance relativa do Brasil depende do tamanho da resposta fiscal à crise. Se a resposta ficar circunscrita a valores moderados, a melhora fiscal que se deve observar pela inflação e preços de commodities mais elevados compensará parte dos gastos, fazendo com que o quadro de endividamento do país não se altere substancialmente em relação ao previsto no início do ano. Se a resposta for substancial, os temas fiscais podem voltar a ganhar relevância, especialmente em um contexto de juros mais elevados.

Economia Internacional

A volatilidade no mercado financeiro aumentou de forma significativa no início de 2022, em grande parte devido à intervenção militar da Rússia na Ucrânia. Se não bastasse as incertezas que pairam sobre as consequências da política monetária do Federal Reserve (FED), além de questões ainda pertinentes no que diz respeito à pandemia e inflação global, o cenário internacional ficou mais frágil com o caminhar da guerra no Leste Europeu com consequentes sequelas locais e de dimensões mundiais. Enquanto a menor preocupação com a severidade da doença causada pela variante Ômicron contribuiu para um bom desempenho dos ativos de risco na virada do ano, a expectativa de juros mais altos nos EUA, as tensões geopolíticas e a deterioração do crescimento chinês têm afetado negativamente o sentimento dos participantes de mercado. A taxa de juros americana de 2 anos aumentou mais de 40 pontos base (pb) em janeiro/22, contribuindo para que os índices S&P500 e Nasdaq terminassem o mês com quedas de cerca de 5% e de 9%, respectivamente.

O Federal Reserve Board ("FED"), banco central dos Estados Unidos, já havia subido o tom ao final de 2021, ao reconhecer a maior persistência inflacionária e ao reduzir o prazo de duração da política de aquisição de títulos públicos e privados, ao mesmo tempo em que desacelerava essas compras mais rapidamente. O Comitê de Política Monetária do FED (Comitê) também divulgou a expectativa de três altas de juros em 2022. Os dados econômicos divulgados em janeiro, no entanto, aumentaram a pressão sobre o banco central para apertar a política monetária: a taxa de desemprego recuou para 3,9% – pouco acima do menor nível em 50 anos atingido em 2020; e a inflação ao consumidor atingiu 7% – o maior patamar em 40 anos.

Nesse cenário, o Federal Open Market Committee ("FOMC"), Comitê Federal de Mercado Aberto, indicou na reunião de janeiro que as taxas de juros começariam a aumentar em breve. Os investidores surpreenderam-se com a possibilidade de ocorrerem altas de juros por várias reuniões consecutivas, bem como de haver um maior ritmo de aperto monetário. Um eventual aumento do FED Funds de 50 pb em março próximo, até então visto como improvável, passou a ser visto como possível.



4.1 Descrição dos fatores de risco

O FED removeu sinalizações prospectivas mais detalhadas, comunicando ao mercado que a extensão e a magnitude total do ciclo de aperto dependerão dos dados econômicos. Isso se traduz em um horizonte mais incerto para os mercados do que em 2021, quando os investidores projetavam um longo ciclo de redução da compra de ativos seguido por altas de juros em um ritmo gradual.

As trajetórias dos salários, dos preços ao consumidor e das expectativas de inflação ganham relevância nesse ambiente. Com indicadores de núcleo de inflação apontando para uma maior disseminação da alta de preços, o FED tende a atuar para evitar que as pressões relacionadas à cadeia de suprimentos disfuncional e aos mercados imobiliário e de trabalho aquecidos desviem as expectativas de inflação da meta de 2%. Será um desafio: o mercado de opções (inflation caps and floors) aponta para uma expectativa de inflação cinco anos à frente entre 2,75% e 3,00%.

Na reunião de março/22, o FOMC decidiu elevar a taxa básica de juros da economia americana. Subiu 250 pb: para o intervalo de 0,25% a 0,50% ao ano. Foi a primeira alta das taxas do país desde 2018. O aumento era esperado pelo mercado. O comunicado do FED diz que o motivo para a alta dos juros foi a inflação no país. O Comitê ponderou que indicadores de atividade econômica e emprego continuaram a se fortalecer — mas que a escalada de preços levou os dirigentes a optar pelo início do aperto monetário. O cenário de aumento da inflação fez os integrantes da instituição projetarem mais seis aumentos em 2022, e sinalizaram com outros três no próximo ano.

Apesar do foco nas políticas dos EUA, o desconforto de outros bancos centrais com a inflação também é destaque. O Banco Central do Canadá tem mantido os juros básicos, mas reconheceu existir um menor grau de capacidade ociosa, sugerindo o início do ciclo de aperto monetário para breve. Membros do Banco Central Europeu também apontaram para riscos de maior inflação, ainda que ressaltando a menor urgência de ajustes monetários em relação à economia americana. A comunicação menos clara do Banco da Inglaterra não impediu o reforço da mesma mensagem: incômodo com a trajetória dos preços ao consumidor.

Há pouco alívio para a inflação global nos próximos meses. O preço das commodities continuou em alta. O milho e a soja atingiram o maior preço dos últimos dez anos, neste mês de março/22. O primeiro chegou a US\$ 7,64 no dia 11, enquanto o segundo atingiu US\$ 17,05 no dia 1º. O trigo ainda bateu o recorde histórico. O grão chegou a ser negociado a US\$ 14,25 por bushel (unidade de medida usada como padrão para negociações internacionais dessas commodities), no dia 7 deste mês. De janeiro a março deste ano, o preço médio dessas mercadorias apresentou uma alta significativa. O trigo teve o maior aumento – 49,5% no período. Já o milho registrou um crescimento de 22,7%, e a soja, uma variação de 20%. Também em março/22, os preços do petróleo atingiram o nível mais alto desde 2008 devido a atrasos no potencial retorno do petróleo iraniano aos mercados globais e a considerações dos Estados Unidos e aliados europeus de proibir importações de petróleo russo. O Brent atingiu US\$ 129,78 por barril, enquanto o petróleo bruto WTI dos EUA chegou a ser cotado a US\$ 126,51. Lembrando que a Rússia exporta cerca de 7 milhões de barris de petróleo (bdp) e produtos refinados, o equivalente a 7% da oferta global. Em grande parte, esses movimentos refletem a elevação do risco geopolítico gerada pela intervenção da Rússia na Ucrânia.

A possibilidade de o crescimento da China ser baixo, por outro lado, contrapõe-se aos efeitos favoráveis à alta dos preços de commodities. A política sanitária de “zero COVID”, novos surtos e possibilidades de lockdowns, o contínuo ajuste do endividamento do setor imobiliário e a ameaça de novo aperto regulatório pesaram sobre as expectativas de



4.1 Descrição dos fatores de risco

crescimento do país, como ilustram as sondagens de sentimento. Esse cenário contribuiu para o recuo das projeções de crescimento do PIB na China.

Os riscos de maior aperto monetário global, o menor crescimento da China e as agudas tensões geopolíticas abalaram a confiança dos participantes de mercado neste início de ano de 2022. A expectativa de juros mais altos em vários mercados desenvolvidos e o questionamento sobre uma suposta valorização exagerada na bolsa americana estimularam uma redução das posições em renda variável e uma rotação de ativos para setores e empresas menos alavancados e mais consolidados, bem como para mercados emergentes, inclusive o brasileiro.

Olhando à frente, esperamos que os juros globais continuem em alta. Liderado pelas taxas de economias com maior pressão inflacionária, como EUA e Reino Unido, o movimento de aumento dos juros refletirá também a normalização parcial das cadeias de suprimento e a consequente retomada do crescimento global.

O risco crescente de menor expansão da economia chinesa estimulou o governo a considerar uma revisão das políticas que vinham sendo adotadas até recentemente. O Banco Central da China começou a afrouxar a política monetária e a estimular a oferta de crédito bancário. Ao mesmo tempo, o governo sugere que reduzirá as pressões regulatórias que vinham sendo implementadas, bem como estimulará os governos das províncias a oferecer condições para o aumento dos investimentos.

É difícil prever o desfecho da ação militar da Rússia sobre a Ucrânia, mas é plausível supor que esse tema se estenderá por um longo período, mesmo que os conflitos armados cessem. A resposta do ocidente, até então, se resumiu à imposição de uma série de sanções econômicas à Rússia, as quais podem vir a ser mais duradouras. As incertezas seguem elevadas, dado que por ora não é possível descartar uma escalada do conflito militar na fronteira da Ucrânia com países membros da OTAN. Se os desdobramentos geopolíticos são difíceis de prever, os econômicos são mais consensuais, ainda que a intensidade possa variar bastante.

Em suma, se a incerteza abrandar, é possível – embora ainda não provável – que a recuperação dos mercados de risco nos mercados emergentes torne-se uma das marcas de 2022. Nesse caso, apesar do aumento da volatilidade e do aumento dos juros básicos em várias economias desenvolvidas, continuamos construtivos em relação à renda variável global – mesmo que acompanhado pelo processo de rotação em curso nas bolsas globais, por conta da retomada do crescimento nos próximos trimestres com a normalização do cenário da saúde pública e a resolução dos gargalos das cadeias de suprimentos.

Todas os vetores dos cenários macroeconômico doméstico e global são coordenados por um comitê e estão em conformidade com todas as leis vigentes. A extensão da pandemia pode resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios, além de efeitos financeiros que possa impactar os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

Quaisquer choques ou movimentos inesperados nesses fatores de mercado podem resultar em perdas financeiras associadas à carteira de negociação ou ativos financeiros da Companhia, que podem deteriorar a condição financeira da Companhia. Além disso, as preocupações do mercado podem se traduzir em restrições de liquidez e acesso reduzido a financiamento nos mercados local e internacional, afetando negativamente os negócios da Companhia.

A extensão dos impactos da pandemia e de conflitos geopolíticos nos negócios, na condição financeira, na liquidez e nos resultados da Companhia e suas controladas ainda depende de



4.1 Descrição dos fatores de risco

desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, imprevisíveis e que dependem de diversos fatores que estão fora do seu controle, incluindo a possibilidade de ondas adicionais de surtos, como os casos confirmados envolvendo as novas cepas do COVID-19 no Brasil e no mundo, e a intensidade da retração econômica resultante das ações tomadas, ou a serem tomadas, pelas autoridades governamentais em resposta à pandemia. Assim como as incertezas que permeiam os desdobramentos da Guerra entre Rússia e Ucrânia.

A Companhia pode ter seus negócios, operações e resultados impactados adversamente pelo cenário pandêmico da COVID-19 e suas variantes:

A declaração da pandemia da COVID-19 em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas restritivas pelas autoridades governamentais no Brasil e no mundo, visando a limitar a circulação de pessoas para contenção do surto, incluindo quarentenas e lockdowns com fechamento de atividades de setores da economia não considerados essenciais, e rigorosas medidas de restrição à circulação e isolamento social, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, Estados e municípios, incluindo as localidades em que a Companhia atua, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e medidas para controlar a propagação da doença que resultaram no fechamento de lojas, restaurantes, hotéis, *shopping centers*, áreas de grande circulação, parques e outros espaços públicos.

Nesse cenário, as operações da Companhia podem sofrer impactos significativos em decorrência das medidas de isolamento e distanciamento social. Cabe ressaltar que não tivemos impactos significativos e que as operações no exercício de 2021 transcorreram de forma positiva e que antes do final do exercício, a empresa já estava operando totalmente em suas instalações.

Adicionalmente, o cenário de recessão/desaceleração econômica decorrente da pandemia pode impactar significativamente os níveis de emprego e renda da população e a atividade econômica, e, conseqüentemente, impactar as margens de retorno.

Mesmo após a eventual diminuição do surto da COVID-19, a ocorrência de recessão e/ou desaceleração econômica global poderá resultar em menor atividade comercial e de consumo, afetando adversamente as condições econômicas gerais e o comércio, considerando potenciais impactos nos níveis de emprego e renda e na capacidade e hábitos de consumo da população em geral, o que pode levar a redução da demanda de produtos e/ou serviços.

Qualquer surto de doença, incluindo a COVID-19 e suas variantes que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas pode ter impacto adverso nos negócios da Companhia, apesar da grande capacidade de contingências apresentadas ao longo da pandemia de COVID-19.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia como resultado de, por exemplo, quarentenas, falha na segurança cibernética devido as práticas de trabalho remoto, ausência de colaboradores como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições.



4.1 Descrição dos fatores de risco

Assim, a Companhia não pode prever os efeitos diretos e indiretos da pandemia da COVID-19 e suas variantes nos negócios e condições financeiras da Companhia, principalmente sob os aspectos de resultados operacionais; despesas e acesso a recursos de capital e financiamento; recursos financeiros e liquidez; provisões e perdas em operações de crédito; provisões para contingências; impacto em operações futuras; redução de demanda; encargos de reestruturação; impactos na cadeia de suprimentos; aplicação de julgamentos contábeis; impactos no cenário econômico em geral, como desaceleração da economia, aumento da taxa de juros; desemprego; políticas de crédito; entre outros aspectos e impactos não previstos ou conhecidos atualmente.

O impacto da pandemia da COVID-19 e suas variantes nos negócios da Companhia potencializa o efeito dos demais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar significativamente os resultados operacionais e fluxo de caixa da Companhia. Até o presente momento não é possível dimensionar a extensão desses impactos e o tempo de duração do cenário pandêmico, bem como seus potenciais efeitos nas operações da Companhia, colaboradores e clientes.

Outros surtos de doenças transmissíveis, tais como as provocadas pelo novo coronavírus, podem ocorrer futuramente e afetar significativamente a economia e as operações da Companhia. Caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para mitigar riscos de tais impactos adversos em seus negócios:

As técnicas de monitoramento e mitigação de risco que adotamos podem não ser totalmente eficazes na mitigação de nossa exposição a risco em todos os ambientes do mercado econômico ou contra todos os tipos de risco, incluindo riscos que podemos deixar de identificar ou antecipar. Usamos certas ferramentas e métricas para gerenciar o risco de mercado, incluindo ferramentas de modelagem estatística, que são baseadas em nosso uso de observação do comportamento histórico de mercado. Aplicamos estatísticas e outras ferramentas a essas observações para quantificar nosso risco de mercado. No entanto essas ferramentas e métricas são baseadas no comportamento histórico do mercado, e os modelos não levam todos os riscos de mercado em consideração, podendo assim falhar em prever futuras exposições a risco de mercado, incluindo aquelas provenientes de fatores que nós não antecipamos ou avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Isso limitaria nossa capacidade de gerenciar com eficácia nosso risco de mercado, o que poderia resultar em perdas significativamente maiores do que aquelas previstas.

Como algumas de nossas subsidiárias operacionais são instituições financeiras e/ou de pagamentos, nosso negócio também está sujeito ao risco inerente de crédito:

Uma característica importante de nosso sistema de gestão de risco de crédito é um sistema interno de pontuação de crédito que avalia o perfil de risco específico de cada cliente. Como esse processo envolve uma análise detalhada de um cliente, levando em consideração fatores quantitativos e qualitativos, ele está sujeito a erros. Isto posto, modelos de risco internos podem nem sempre ser capazes de prever com precisão o risco de crédito futuro de nossos clientes ou atribuir uma pontuação precisa de crédito, o que pode resultar em nossa exposição a riscos de crédito mais elevados do que o indicado por nosso sistema de gerenciamento de risco. Também utilizamos certas informações de crédito de clientes disponíveis publicamente, informações relacionadas a contratos de crédito e outras fontes públicas para avaliar a solvência de um cliente. Devido às limitações na disponibilidade de informações e à infraestrutura de informações subdesenvolvida nos mercados em que



4.1 Descrição dos fatores de risco

operamos, nossa avaliação do risco de crédito associado a um determinado cliente pode não se basear em informações completas, precisas ou confiáveis. Além disso, não podemos assegurar que nossos sistemas de pontuação de crédito colem informações completas ou precisas que reflitam o comportamento real dos clientes ou que seu risco de crédito possa ser avaliado corretamente. Sem informações completas, precisas e confiáveis, temos que contar com outros recursos disponíveis publicamente e com nossos recursos internos, que podem não ser eficazes. Como resultado, nossa capacidade de administrar com eficácia nosso risco de crédito e posteriormente determinar nossas provisões para perdas de crédito pode ser adversamente afetada.

Da mesma forma, estamos expostos ao risco de contraparte, que pode surgir, por exemplo, do investimento em valores mobiliários de terceiros, celebração de contratos de derivativos sob os quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos ou firmar negociações envolvendo valores mobiliários, futuros ou moeda de atividades de negociação proprietárias que não sejam liquidadas no prazo devido à não entrega pela contraparte ou à falha de sistemas por agentes de compensação, câmaras de compensação ou outros intermediários financeiros. Muitas das transações de rotina que executamos nos expõem a um risco significativo no caso de inadimplência de uma de nossas contrapartes relevantes. Se esses riscos derem origem a perdas, isso pode nos afetar de forma substancial e adversa. Ainda, como normalmente fazemos transações com contrapartes no setor de serviços financeiros, incluindo corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento e outros clientes institucionais. As inadimplências e até mesmo rumores ou dúvidas sobre a solvência de certas instituições financeiras e o setor de serviços financeiros podem levar a problemas de liquidez em todo o mercado, o que pode ocasionar perdas substanciais para nossos negócios.

Nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar nosso risco operacional podem não ser totalmente eficazes em situação de estresse:

Se nossas políticas e procedimentos não forem totalmente eficazes ou não formos bem-sucedidos na captura de todos os riscos aos quais estamos ou podemos estar expostos, podemos sofrer danos à nossa reputação ou estar sujeitos a ações judiciais ou procedimentos administrativos de natureza regulatória que podem ter um efeito adverso substancial em nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira. Além disso, se a nossa gestão depender de modelos de risco, seja no que diz respeito a riscos de mercado, de crédito ou operacionais - que sejam falhos ou mal desenvolvidos, implementados ou usados, ou se a administração interpretar de modo equivocado ou usar essas informações para fins para os quais não foram projetados, podemos deixar de gerenciar nossos riscos de maneira adequada. Ademais, se os clientes ou contrapartes, existentes ou potenciais, acreditarem que nossa gestão de risco é inadequada, eles podem realizar seus negócios nos ambientes de outras companhias ou tentar limitar suas transações conosco. Além disso, alguns dos modelos e outras estimativas analíticas e baseadas em julgamentos que adotamos na gestão de risco estão sujeitos a revisão e requerem a aprovação de nossos reguladores. Se nossos modelos não atenderem às suas expectativas, nossos reguladores podem exigir que façamos alterações em tais modelos, podem aprová-los com exigências de capital adicional ou podemos ser impedidos de usá-los e qualquer um destes eventos pode limitar nossa capacidade de operar nossos negócios. A falha em implementar, monitorar de forma consistente ou refinar continuamente nossos sistemas de gestão de risco pode resultar em um efeito adverso relevante em nossa reputação, resultados operacionais e condição financeira.



4.1 Descrição dos fatores de risco

Nosso negócio é altamente dependente do funcionamento adequado dos sistemas de tecnologia da informação, especialmente em grande escala. Qualquer falha nesses sistemas poderia interromper nosso negócio e prejudicar nossa capacidade de prestar serviços e produtos de maneira eficaz a nossos clientes.

Nós dependemos de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet poderia afetar adversamente nossos negócios:

Os controles internos da Companhia, bem como o seu Código de Conduta e Ética, podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que atuam no interesse e benefício da Companhia, o que pode afetar adversamente os seus negócios.

Fator de risco reputacional

Qualquer tipo de dano à nossa reputação poderia prejudicar nossos negócios e as perspectivas para o longo prazo. No mercado financeiro, somos altamente dependentes de nossa imagem devido a credibilidade para geração de negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e provocar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros stakeholders, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas de terceiros na gestão de riscos, entre outros. Além disso, algumas ações significativas tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Se formos incapazes, ou percebidos como incapazes, de lidar adequadamente com essas questões, podemos estar sujeitos a penalidades, multas, ações coletivas e investigações regulatórias, entre outros. Danos à nossa reputação entre clientes, investidores e outros stakeholders podem afetar, adversamente e de maneira relevante, nossos negócios, nosso desempenho financeiro e nossas perspectivas.

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo um possível ataque cibernético, podem interromper as operações e impactar negativamente nos negócios e na reputação da Companhia.

A publicidade negativa sobre nós ou nosso setor pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas futuras.

Fator de risco de concentração:

O risco de concentração é o risco associado a potenciais perdas financeiras altas causadas por uma exposição significativa a um determinado componente de risco, seja relacionado a uma certa contraparte, setor, região geográfica, instrumento de mitigação de risco, índice ou moeda. Alguns exemplos incluem exposição significativa a uma única contraparte, a contrapartes operando no mesmo setor econômico ou região geográfica, a segmentos de



4.1 Descrição dos fatores de risco

negócio ou produtos de crédito, ou a instrumentos financeiros que dependem do mesmo índice ou moeda. Acreditamos que a não diversificação de transações relacionadas comum determinado fator de risco poderia gerar um prejuízo financeiro significativo.

Profissionais-chave responsáveis pelo desenvolvimento e execução dos negócios:

A Companhia e suas controladas diretas ou indiretas são dependentes de sua alta administração e de seus profissionais-chave para desenvolvimento e execução de seus negócios em relação a suas estratégias comerciais e políticas de investimentos, inclusive no que se refere à administração e à operação de seus negócios e da administração e gestão de suas controladas.

A Companhia consegue manter seus profissionais e com isso aumentar sua capacidade de crescimento e para continuar competindo de forma eficaz, a Companhia busca atrair novos profissionais com visão ao longo prazo.

A Companhia possui incentivos para manter profissionais-chave. Entretanto caso a Companhia não consiga manter ou atrair tais profissionais qualificados, seus negócios, operações e situação financeira podem ser adversamente impactados.

Capacidade de manter seus profissionais é fundamental para seu sucesso, e sua capacidade de crescer e continuar competitivo de forma eficaz pode depender da sua capacidade de atrair novos profissionais-chave:

Os profissionais da Companhia e de suas controladas são fundamentais para o desenvolvimento de seus negócios, e o sucesso da Companhia (incluindo sua capacidade de competir de forma eficaz em seus negócios) é extremamente dependente dos esforços da alta administração, e de seus colaboradores e empregados. Consequentemente, o crescimento e sucesso futuro da Companhia dependem em amplo grau da sua capacidade de manter e motivar tais administradores e profissionais e de contratar, manter e motivar, de forma estratégica, novos talentos profissionais. A Companhia pode não ser bem-sucedida em seus esforços de contratar, manter e motivar os profissionais pretendidos para atuar em suas controladas. A habilidade da Companhia de atrair, reter e motivar tais indivíduos depende da habilidade da Companhia de oferecer incentivos e oportunidades atraentes.

Os incentivos que a Companhia fornece ou oferece para estas pessoas podem não ser eficazes para atrair, manter e motivar estas pessoas, especialmente em um cenário de queda de performance da Companhia. Caso a Companhia não consiga manter ou atrair tais profissionais qualificados, seus negócios, operações e situação financeira podem ser adversamente impactados.

Receitas relacionadas a gestão de investimentos e taxas de administração:

As receitas com as taxas de administração dos fundos de investimentos das sociedades controladas pela Companhia, podem sofrer efeitos adversos, na hipótese de condições econômicas ou de mercado adversas.



4.1 Descrição dos fatores de risco

Condições financeiras e reforma tributárias, podem causar efeitos adversos nas operações dos fundos e conseqüentemente nas taxas de remunerações pagas para a controladas da Companhia.

Condições econômicas e de mercado desfavoráveis ou incertas podem ser causadas por: (i) redução no crescimento econômico, nos negócios ou na confiança do investidor ou das empresas que contratam a Companhia e suas controladas, inclusive em decorrência dos efeitos econômicos gerados da pandemia do COVID-19; (ii) limitação da disponibilidade ou aumento do custo de crédito e de capital; (iii) aumentos da inflação, taxas de juros, volatilidade da taxa de câmbio, juros moratórios ou do preço de commodities básicas; (iv) eclosões de hostilidades ou outra instabilidade geopolítica; (v) eclosões de surtos de doenças transmissíveis em escala global; (vi) escândalos corporativos, políticos ou de outra natureza que reduzam a confiança do investidor nos mercados de capitais; ou (vii) por uma combinação desses ou de outros fatores, como é o caso da extrema perturbação social, financeira, macroeconômica e política causada pela pandemia de COVID-19. Todos esses fatores, caso verificados, de forma individual ou conjuntamente, podem causar um efeito adverso nas operações, e situação financeira da Companhia, uma vez que resultarão na redução demanda pelos serviços prestados pela Companhia e suas controladas.

A receita das controladas da Companhia em decorrência as taxas de gestão de recursos, pode ser menor na hipótese de retração do mercado. Com efeitos a pandemia e as novas variantes, o mercado pode retrair e levar uma redução do volume de investimentos realizados pela Companhia e suas controladas em nome próprio e em nome de seus clientes, por conseguinte, reduzir as referidas receitas decorrentes de gestão de recursos.

Com a retração da população pode dificultar a captação de recursos para novos investimentos ou aumento de capital, em virtude da migração dos clientes para classe de ativos mais tradicionais com um grau de risco quase 0 e com maior volume de liquidez, como por exemplo, Tesouro Direto ou Poupança. Com essa migração a área de gestão pode não ser capaz de realizar esses investimentos com sucesso e a margem líquida do negócio cair significativamente.

Além da retração comentada anteriormente, a Companhia e suas controladas dependem de profissionais para avaliar e tomar decisões corretas com relação aos investimentos a serem realizados.

Existe pouca informação disponível ao público sobre companhias fechadas e a área de Investimentos é obrigada a confiar na capacidade de seus profissionais para obter informações adequadas para avaliar os retornos em potencial oriundos do investimento nessas companhias. Caso os profissionais não sejam capazes de coletar todas as informações relevantes sobre essas companhias, a área de Investimentos pode deixar de tomar uma decisão de investimento bem-informada e como consequência, perder recursos da Companhia e de terceiros investidores, além de diminuir os recursos percebidos a título de taxa de performance.

Além disso, é necessário um tempo substancial para identificar, negociar e consumir oportunidades atrativas de investimentos, bem como estruturar os fundos para que esses investimentos sejam concretizados. Esses fatores podem afetar os retornos dos investimentos proprietários realizados pela Companhia nos fundos estruturados e geridos pela área de Investimentos, bem como as receitas com taxas de gestão e performance que a área recebe por seus serviços.



4.1 Descrição dos fatores de risco

A área de Asset Management pode ser afetada pelo baixo rendimento financeiro dos ativos investidos pela Companhia:

Uma performance operacional negativa nos ativos ilíquidos investidos com capital proprietário da Companhia afeta o valor de marcação a mercado desses ativos e, por consequência, o resultado de reavaliação de ativos. Adicionalmente, podem afetar a capacidade da Companhia de atrair novos investidores ou captar recursos adicionais com os investidores já existentes e consequentemente impactar as taxas de gestão e performance que a controla da Companhia recebe em função do valor dos ativos sob gestão.

Capacidade dos profissionais de avaliar e tomar decisões corretas com relação aos investimentos a serem realizados:

Pela falta de informações ao público sobre companhias fechadas, a área de investimentos é obrigada a confiar na capacidade de seus profissionais de obter informações e avaliar cada investimento realizado pela Companhia. Caso os profissionais não sejam capazes de obter informações precisas e relevantes, a área de investimento pode ser afetada por uma tomada de decisão de forma equivocada e realizar um investimento capaz de gerar prejuízos e desembolso de caixa para Companhia e consequentemente afetando a saúde econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podem ser afetadas adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções:

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto quanto aos seus artigos 52, 53 e 54, referentes às sanções administrativas, os quais entrarão em vigor somente em 1º de agosto de 2021, conforme definido pela Lei nº 14.010/2020.

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da



4.1 Descrição dos fatores de risco

LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP.

A Companhia possui diretrizes e utiliza os dados pessoais de acordo com a legislação informada anteriormente. Entretanto tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, principalmente em relação a vazamento. A Companhia realiza investimentos para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

Falhas ou interrupções nos sistemas de gestão de informação da Companhia podem ter um efeito relevante na operação:

As atividades da Companhia e de suas controladas dependem da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de gestão de informação. Os sistemas de gestão de informação da Companhia estão sujeitos a danos ou interrupção por diversos fatores que estão fora do seu controle, tais como falhas ou ações humanas, incêndios, desastres naturais, falta de energia ou falha nos sistemas de telecomunicação.

Caso qualquer um destes sistemas não funcione de forma adequada ou esteja fora de funcionamento ou sofra fraudes, a Companhia e suas controladas podem sofrer interrupção em suas operações ou não identificar com precisão os riscos a que está exposta, o que pode ter efeito adverso relevante sobre operações, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, a segurança dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia pode ser corrompida por programadores experientes ou hackers, que podem não só prejudicar o regular funcionamento de tais sistemas como apropriar-se indevidamente das informações confidenciais da Companhia ou de seus clientes e fontes pagadoras. Ademais, o crescimento dos negócios da Companhia pode necessitar o aprimoramento dos sistemas operacionais e financeiros, os quais podem não ser realizados em tempo hábil. A ocorrência de qualquer dos eventos acima pode impactar negativamente as atividades operacionais da Companhia e a sua imagem.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversos riscos operacionais inerentes aos seus negócios, incluindo aqueles relacionados ao funcionamento dos seus sistemas operacionais:

Os negócios das controladas da Companhia, são extremamente dependentes da sua capacidade de processar e monitorar de forma eficiente e exata, diariamente, um grande número de operações, muitas das quais altamente complexas, em diversos mercados e com diversas moedas de transições. Essas operações, bem como os serviços de tecnologia da informação prestado aos clientes, devem sempre observar com frequência, leis, normas e jurisdições vigentes. A administração de riscos operacional, legal, fiscal e regulatório da Companhia e suas controladas exige, dentre outras informações, políticas e procedimentos



4.1 Descrição dos fatores de risco

para registrar adequadamente e verificar um grande número de operações e eventos, as quais podem não ser totalmente eficazes.

A capacidade da Companhia e suas controladas de realizar negócios poderá ser afetada de forma adversa em função de problemas relacionados à infraestrutura dos seus negócios e às localidades em que se encontra. Isto pode incluir a interrupção de serviços elétricos, de comunicação, internet, transporte, sistemas de segurança e de informática ou outros serviços utilizados pelas controladas ou por terceiros com os quais as controladas realizam negócios. Se qualquer desses serviços de infraestrutura não operarem de maneira adequada ou forem desabilitados, a Companhia e suas controladas poderão incorrer em prejuízo financeiro, interrupção dos seus negócios, responsabilidade perante clientes, intervenção regulatória ou danos à sua reputação. Também poderão advir prejuízos em decorrência de pessoal inadequado, processos e sistemas de controle interno equivocados ou falhos, falhas dos sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações comerciais normais, tais como atos terroristas, desastres naturais ou sabotagem. Adicionalmente, a estrutura de seus controles e procedimentos de mitigação de risco operacional pode se revelar inadequada ou ser burlada. As despesas relacionadas à prevenção, tratamento ou mitigação dos eventuais problemas referidos acima podem ser significativas.

Redução da classificação de qualidade de Gestão de Investimentos (ratings):

Para melhores captações e evidência no mercado financeiro, são realizadas classificações que são atribuídas por agências privadas de classificação de crédito que podem reduzir ou retirar as classificações atribuídas a Companhia. Uma redução no rating pode elevar o custo, principalmente, na captação de novos clientes para investimentos a longo prazo.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação de risco não rebaixarão suas classificações de crédito. Alterações nas circunstâncias, reais ou percebidas, podem resultar em alterações significativas nos ratings de crédito, o que, por sua vez, poderia afetar negativamente seus ganhos e liquidez.

A controlada indireta REAG Asset Management possui rating de qualidade de gestão há 04 anos emitido pela FITCH RATINGS sendo a última classificação no relatório emitido em 7 de maio de 2021 como "Proficiente" e perspectiva estável. Rating 'Proficiente': O rating da REAG Asset Management Ltda. considera seu bom processo de investimento (particularmente de fundos imobiliários (FIIs)), que se beneficia do suporte de empresas especializadas, e a experiente equipe de executivos. Além disso, o rating reflete os bons sistemas dos FIIs e de risco, com apropriada automação e integração. O rating 'Proficiente' da REAG reflete a opinião da Fitch de que a gestora possui capacidade de investimento e características operacionais boas em relação às estratégias de investimento oferecidas e dentro do escopo do rating"

O rating considera o bom processo de investimento particularmente dos fundos imobiliários, que é beneficiado pelo suporte de empresas especializadas, e a experiente equipe de executivos, apesar da alta rotatividade de executivos seniores e do pouco tempo da maioria destes na empresa. Além disso, a classificação reflete os bons sistemas da gestora, com apropriada automação e integração.



4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos legais e regulatórios são inerentes e substanciais aos negócios da Companhia e suas controladas:

O setor de serviços financeiros está sujeito a extensa regulamentação, tanto no Brasil como no exterior. Os mercados financeiros e de capitais brasileiros estão sujeitos a um intenso e permanente controle regulatório por parte do governo brasileiro, especialmente do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os quais, em cada caso, afetam diretamente os negócios da Companhia e suas controladas, podendo afetar suas operações e linhas de produtos.

As controladas indiretas REAG Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários S.A., REAG Administradora de Recursos Ltda. e REAG Asset Management Ltda. estão sujeitas a uma extensa regulamentação por parte de órgãos governamentais e autorreguladores, cujas exigências se destinam a assegurar a integridade dos mercados financeiros e proteger os investidores, aumentando os custos de *compliance* dos agentes desses mercados.

As normas do governo brasileiro e suas intervenções podem afetar negativamente as operações e rentabilidade da Companhia e suas controladas. A Companhia podem ser afetadas negativamente por mudanças na regulamentação, altas relacionadas a carga tributária, entre outros riscos governamentais.

Pagamento de dividendos aos acionistas titulares de seus valores mobiliários:

De acordo com o seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir 25% do seu lucro líquido anual ajustado, a título de dividendo mínimo obrigatório na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia é uma holding e seus resultados dependem diretamente das operações, atividades e resultados de suas controladas diretas e indiretas, possuindo, cada uma delas, riscos específicos de seus negócios. A capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende da distribuição dos lucros de suas controladas e de suas controladas em conjunto. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou que serão suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos a seus acionistas.

Assim, caso, dentre outros fatores, (i) o lucro líquido da Companhia seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízos de períodos anteriores ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (ii) suas controladas deixem de distribuir lucros à Companhia ou os distribua em montante inferior ao necessário para cumprir com suas obrigações financeiras e pagar dividendos aos seus acionistas; (iii) o Conselho de Administração da Companhia informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a sua situação financeira, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, nos termos do artigo 202, §4º da Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) exista alguma restrição à distribuição de dividendos em contratos de financiamento celebrados pela Companhia, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.

Adicionalmente, as leis relacionadas à isenção do imposto de renda na distribuição de dividendos e à tributação de juros sobre capital próprio podem ser alteradas no futuro, conforme projeto de lei da reforma tributária, e recebimentos ou distribuições de dividendos



4.1 Descrição dos fatores de risco

podem se tornar sujeitos a impostos. No mais, os impostos sobre juros sobre o capital próprio podem ser aumentados, impactando assim o valor líquido que os acionistas da Companhia podem receber.

Riscos de Invasões cibernéticas:

A Companhia e suas controladas podem enfrentar vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se limitando a: penetração de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação, por terceiros, infiltração de malware (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem a Companhia e suas controladas trocam dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes ou proprietários por pessoas dentro ou fora da organização e ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviço que podem resultar em perdas de negócios.

A Companhia pode não ser capaz de proteger com sucesso seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra tais ameaças. Nos últimos anos, sistemas de computador de empresas e organizações tem sido alvo não apenas de criminosos cibernéticos, mas também de ativistas e Estados. A Companhia pode estar sujeita a uma série de ataques cibernéticos, como negação de serviço, malware e *phishing*. Os ataques cibernéticos podem dar origem à perda de quantidades significativas de dados de clientes e outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos (incluindo dinheiro). Além disso, os ataques cibernéticos podem dar origem à inutilização dos sistemas de tecnologia da informação usados para atender seus clientes. Como as tentativas de ataques continuam a evoluir em escopo e sofisticação, a Companhia pode incorrer em custos significativos em sua tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra tais ataques, ou investigar ou corrigir qualquer vulnerabilidade ou violação resultante ou em comunicar ataques cibernéticos aos seus clientes.

Caso a Companhia não consiga gerenciar efetivamente o risco de segurança cibernética, por exemplo, deixando de atualizar os seus sistemas e processos em resposta a novas ameaças, poderá prejudicar sua reputação e afetar negativamente seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas por meio do pagamento de indenizações a clientes, multas ou perda de ativos. Além disso, a Companhia também pode estar sujeita a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil. Os sistemas de tecnologia da informação dependem de infraestrutura crítica e qualquer ataque cibernético contra essa infraestrutura crítica pode afetar negativamente a sua capacidade de atender seus clientes. A Companhia tem a capacidade limitada de proteger seus sistemas de tecnologia da informação contra os efeitos adversos desse ataque cibernético.

Adicionalmente, de acordo com Resolução CMN no 4.658, de 26 de abril de 2018, instituições financeiras devem observar novos requisitos de segurança cibernética e para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. O não cumprimento de tais obrigações regulatórias podem causar efeitos adversos à Companhia e suas controladas que estão sujeitas a esta resolução.



4.1 Descrição dos fatores de risco

Relação de processos judiciais, administrativos dos quais a Companhia e suas controladas ou administradores são ou possam ser partes, podem gerar efeitos adversos no resultado:

A Companhia e suas controladas são e podem ser partes em processos judiciais e administrativos de qualquer natureza, sendo, tributária, criminal, cível, trabalhista, entre outros. As contingências são passíveis de provisões sempre que a perda for avaliada como provável. São também registradas provisões, independentemente do prognóstico de perda, para os casos de contingências fiscais em que o resultado da demanda dependa do reconhecimento de inconstitucionalidade de lei vigente.

A Companhia não pode garantir que novos processos de quaisquer outras naturezas, judiciais ou administrativos, contra ele, suas controladas ou respectivos administradores não venham a surgir, o que poderá resultar em prejuízos financeiros e danos reputacionais, causando um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia detém participação em outras sociedades e depende de seus resultados financeiros para compor seus resultados e patrimônio, além de estar exposta aos riscos financeiros e comerciais dessas sociedades:

A Companhia detém participações, diretas e indiretas, em diversas sociedades, e o resultado dessas participações compõe parte dos resultados da Companhia. Dessa forma, os resultados apresentados pelas investidas da Companhia podem impactar os resultados consolidados da Companhia.

A Companhia não pode garantir que receberá quaisquer dividendos ou outras distribuições dessas sociedades.

Além disso, a Companhia poderá estar exposta a riscos financeiros e comerciais relacionados a suas controladas, podendo ser solidária ou subsidiariamente responsabilizada por eventuais inadimplementos ou descumprimentos por parte dessas sociedades.

No curso de suas atividades, as sociedades controladas da Companhia são ou podem ser parte em processos judiciais de diversas naturezas, incluindo questões cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e de defesa do consumidor, que poderão, eventualmente, afetar a Companhia ou sujeitar a Companhia à responsabilização. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, a Companhia poderá ter impactos negativos financeiros, de imagem e em seus resultados.

Adicionalmente, a Companhia não detém o controle integral em determinadas sociedades. Nesses casos, a Companhia poderá estar exposta a eventuais efeitos adversos decorrentes da conduta dos demais sócios nas sociedades em que não detém a totalidade da participação.

Além disso, eventuais disputas entre os demais sócios e a Companhia nessas sociedades podem resultar em litígios e processos de arbitragem que demandariam recursos adicionais e tempo. Esse tipo de risco poderia afetar adversamente a Companhia e seus negócios.



4.1 Descrição dos fatores de risco

c. a seus acionistas

A Companhia entende não estar exposta à riscos relacionados aos seus acionistas, com exceção àqueles mencionados no item b acima.

d. a suas controladas e coligadas

Considerando que somos uma sociedade de participações (*holding*), os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em nossos valores mobiliários são essencialmente decorrentes dos riscos a que estão expostas nossas controladas e coligadas, conforme descrito neste item 4.1.

e. a seus fornecedores

A Companhia pode ser associada a práticas irregulares efetuadas por fornecedores que possuam relação comercial com a Companhia:

Não é possível assegurar que os fornecedores da Companhia observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, incluindo em relação aos direitos humanos, trabalho forçado, análogo ao de escravo e/ou infantil e saúde e segurança do trabalho, em relação aos contratados e subcontratados. Logo, eventual constatação de práticas irregulares na cadeia de fornecimento pode gerar danos à imagem da Companhia, assim como de suas marcas. Além dos impactos de reputação, essas práticas poderão acarretar prejuízos financeiros, decorrentes da perda de atratividade das marcas junto aos clientes, assim como a queda no valor da Companhia.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados, não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada subsidiária ou solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar material e adversamente os negócios, a imagem e resultados financeiros da Companhia. A Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes, danos, lesões corporais ou óbitos dentro das instalações, ocorridos com funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios.

f. a seus clientes

Desempenho passado não é garantia de desempenho futuro:

Nossa experiência histórica de perdas de créditos pode não ser indicativa de perdas de créditos futuras. Embora a qualidade da nossa carteira esteja associada ao risco de inadimplência nos setores nos quais atuamos, alterações no perfil dos nossos negócios podem ocorrer, entre outros fatores, em função do nosso crescimento orgânico ou de fusões e aquisições, alterações nas condições políticas e econômicas locais, desaceleração da demanda de clientes, acirramento na concorrência do mercado, o surto de doenças transmissíveis como a COVID-19, alterações na regulamentação e nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos e, em menor grau, de outras mudanças relacionadas em países nos quais operamos e no ambiente econômico internacional. Mais recentemente, a pandemia de COVID-19 em curso pode afetar nossa capacidade de avaliar com precisão a capacidade de pagamento dos nossos tomadores de empréstimo, o que



4.1 Descrição dos fatores de risco

poderia levar a uma deterioração do perfil de risco e afetar negativamente a situação financeira do nosso negócio e o resultado das operações. Além disso, o valor de mercado de qualquer garantia relacionada à nossa carteira de crédito pode variar, desde o momento em que a avaliamos no início da negociação até o momento de sua execução, devido a fatores relacionados a mudanças econômicas, políticas ou setoriais além do nosso controle.

Adicionalmente, a Companhia poderá não ser capaz de manter o relacionamento de grandes clientes responsáveis por parcela significativa de sua receita operacional líquida. Além disso, alguns clientes representam parcela relevante das receitas da Companhia. Os fatores que podem contribuir para a perda de clientes incluem: (i) a incapacidade de oferecer serviços a preços competitivos; (ii) a incapacidade de renovar ou renegociar contratos existentes; e (iii) a decisão dos clientes de contratar serviços com empresas concorrentes. Uma redução significativa no número de clientes da Companhia e suas controladas poderá afetar negativamente sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atua

Mudanças das taxas de juros, volatilidade nos mercados nacionais e internacionais podem também ter consequências significativas para nossas operações:

O setor de serviços financeiros é altamente competitivo e pressões competitivas podem levar a Companhia a diminuir o preço que cobra de seus clientes, afetando o seu lucro.

Dependendo do setor, os concorrentes da Companhia poderão ser substancialmente maiores e ter recursos financeiros, técnicos e de marketing consideravelmente superiores aos da Companhia. A Companhia já enfrenta concorrência significativa em todas as suas principais áreas em que opera por parte de players brasileiros e internacionais de grande porte, tanto públicos como privados. Nos últimos anos, a presença de players estrangeiros no Brasil e em certos outros mercados chave da América Latina tem crescido e a concorrência no setor financeiro e nos mercados de produtos específicos tem aumentado. A Companhia não pode garantir que será capaz de crescer ou manter a sua participação de mercado, o que pode afetar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais.

Falta de acompanhamento do rápido desenvolvimento tecnológico para disponibilizar novos produtos e serviços inovadores:

Com a mudanças constantes de tecnologia afetam o setor financeiro. A Companhia pode não acompanhar o rápido desenvolvimento da tecnologia e perder clientes por não oferecer serviços de outros clientes.

Adicionalmente, a Companhia não pode prever os efeitos das mudanças tecnológicas em seus negócios. Além de suas próprias iniciativas, a Companhia depende, em parte, de terceiros para o desenvolvimento e acesso a novas tecnologias. Novos serviços e tecnologias aplicáveis ao setor de serviços financeiros podem surgir e tornar obsoletas as tecnologias que a Companhia atualmente utiliza em seus produtos e serviços. Desenvolver e incorporar novas tecnologias em seus produtos e serviços podem exigir investimentos substanciais e um tempo considerável e, em última análise, podem não ser bem-sucedidas. Além disso, capacidade da Companhia de adotar novos produtos e serviços e desenvolver novas tecnologias pode ser inibida por padrões do setor, mudanças em leis e regulamentações, resistência de clientes, direitos de propriedade intelectual de terceiros ou outros fatores. O



4.1 Descrição dos fatores de risco

sucesso da Companhia depende, em parte, da sua capacidade de desenvolver e incorporar novas tecnologias, enfrentar os desafios representados pelo mercado em rápida evolução para serviços financeiros prestados por meio eletrônico e de adaptação a mudanças tecnológicas. Caso a Companhia não seja capaz de fazer desenvolver e incorporar novas tecnologias de forma oportuna ou rentável, seus negócios e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A extensa regulamentação dos negócios:

A Companhia está sujeita à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos a liquidação ou intervenção em base consolidada. Atuamos em setores de serviços financeiros diversos, setor que é altamente regulamentado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além das exigências mencionadas anteriormente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a regulamentação expedida por autoridades governamentais. As exigências impostas pelos reguladores se destinam, precipuamente, a assegurar a integridade dos mercados financeiros e de capitais e proteger os clientes e terceiros. A extensa regulamentação do setor de serviços financeiros é justificada pela importância das atividades exercidas pelas instituições que atuam nesse nicho mercadológico. O alto grau lesivo dos impactos das atividades exercidas por essas instituições é um fator determinante das ações normativas dos reguladores. Como consequência dessa extensa regulamentação, há a crescente necessidade de observância de diversas regras, o que pode acarretar, (i) a limitação das atividades das referidas controladas da Companhia, inclusive por meio de exigências de capital mínimo, proteção de clientes e condução de mercado, (ii) o aumento dos custos a serem despendidos pela referidas controladas da Companhia para o cumprimento das exigências regulatórias, conforme aplicáveis, (iii) a dificuldade de distinção comercial com relação ao concorrentes da Companhia e suas controladas, na medida em que os reguladores e autorreguladores controlam rigorosamente as atividades das empresas de serviços financeiros.

A Companhia não tem controle algum sobre tal arcabouço normativo, que governa todos os aspectos das operações de suas controladas acima mencionadas, conforme aplicável, inclusive regulamentos que impõem: (i) requisitos de capital mínimo; (ii) procedimentos internos para avaliação da adequação de capital; (iii) requisitos de depósito e/ou reservas compulsórias; (iv) requisitos de investimentos em ativos de renda fixa; (v) limites de empréstimo e outras restrições de crédito, inclusive alocações compulsórias; (vi) limites e outras restrições em notas de prestação de serviços ou outros temas; (vii) requisitos quanto à lavagem de dinheiro, manutenção de registros e questões éticas; (viii) limites das taxas de juros cobradas por instituições financeiras ou do período para capitalização de juros; (ix) requisitos contábeis e estatísticos; (x) requisitos e restrições para determinadas transações; (xi) limites de exposição ao risco; (xii) controles de preço e de salário; (xiii) política e regulamentação fiscal; (xiv) outros requisitos ou limitações impostas, incluindo medidas prudenciais preventivas. Todos os fatores indicados acima, se verificados, podem impactar os resultados operacionais e financeiro da Companhia e suas controladas.

Alterações nos regimes tributários e fiscais:



4.1 Descrição dos fatores de risco

As reformas fiscais podem afetar adversamente as nossas operações e consequentemente a lucratividade.

O governo brasileiro altera regularmente a legislação e as normas fiscais, incluindo a criação de novos tributos, que podem ser temporários, a mudança nas alíquotas, as suas bases de cálculo ou a forma como eles são calculados, inclusive com relação às alíquotas aplicáveis unicamente ao setor bancário.

Atualmente, o Congresso brasileiro vem discutindo uma ampla reforma tributária, embora não seja possível prever quando essa reforma será aprovada. Caso adotada, uma reforma tributária dessa natureza poderá afetar nossos negócios ao aumentar nossos custos, limitar a nossa lucratividade ou através de outros impactos.

Risco socioambiental:

Podemos enfrentar perdas financeiras e danos à nossa reputação associada a riscos socioambientais.

Os fatores socioambientais são considerados um dos tópicos mais relevantes para os nossos negócios, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos, do ponto de vista da organização e de seus principais stakeholders. Além disso, também entendemos o risco socioambiental como a possibilidade de perdas em função da exposição a eventos socioambientais decorrentes do desempenho de nossas atividades.

A Resolução CMN nº.4.327/2014 estabelece requisitos que devem ser observados para estabelecer e implementar políticas de responsabilidade socioambiental aplicáveis a instituições financeiras. Dessa forma, devemos avaliar os riscos socioambientais e os dados de perdas financeiras associadas a danos socioambientais. O Banco Central é responsável por supervisionar a implementação dessa regulamentação.

As questões socioambientais podem afetar nossas atividades diárias e a receita de nossos clientes, dando margem à inadimplência, especialmente no caso de incidentes socioambientais graves, incluindo o risco climático, uma vez que as mudanças climáticas também apresentam riscos relevantes para o sistema financeiro como um todo.

Mudanças climáticas podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas:

Os negócios da Companhia e de suas controladas poderão ter sua rentabilidade afetada pelas mudanças climáticas, considerando os seus impactos nas operações da Companhia e suas controladas. Considerando que a Companhia e as controladas têm ou podem vir a ter clientes que atuem no setor primário, suas carteiras de crédito rural sofrem influência significativa do clima. A possibilidade de quebra da safra decorrente de eventos climáticos implica em elevação do risco para a Companhia e suas controladas, não somente da carteira de crédito rural, mas afetando também os demais setores nas regiões cujo PIB tem forte participação do setor primário. Clientes relacionados ao setor de energia também poderão ser impactados pelo risco decorrente de mudanças climáticas, o que também pode afetar adversamente os negócios da Companhia e de suas controladas.



4.1 Descrição dos fatores de risco

Insuficiência de cobertura de seguros para perdas substanciais

A Companhia não pode garantir que as coberturas de apólices estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às suas atividades. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como guerras, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. A Companhia e suas controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de inadimplemento de suas obrigações, que não se encontram cobertas por suas apólices de seguro.



4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1 – Risco do emissor

2 – Risco dos setores da economia nos quais o emissor atue

3 – Risco de regulação dos setores em que o emissor atue

4 – Risco de regulação dos setores em que o emissor atue

5 – Risco de taxa de juros



4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimentos que possuem em sua carteira ativos indexados ao CDI que minimiza riscos de oscilação nos preços e impacto na cota do fundo.

b) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros.

A Companhia preparou uma sensibilidade para demonstrar o impacto das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

A Administração efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses. Foram considerados acréscimos e decréscimos de 25% e 50%. A análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

			11,74%	8,80%	5,87%	14,67%	17,61%
		Saldo líquido em 31/12/2022	Cenário provável	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	3.195	375	281	188	469	563
Títulos e valores mobiliários	CDI	35.245	4.138	3.103	2.069	5.172	6.206
			4,42%	3,32%	2,21%	5,53%	6,63%
		Saldo líquido em 31/12/2021	Cenário provável	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	3.885	172	129	86	215	258
Títulos e valores mobiliários	CDI	26.134	1.155	866	578	1.444	1.733

c) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia e suas controladas. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7.160	3.885
Títulos e valores mobiliários	35.245	26.134
Contas a receber de clientes	161.102	2.911
Partes relacionadas	1.136	1.434
Outras contas a receber	11.251	7.958
	215.894	42.322

	A vencer	Até 30 dias	Entre 181 e 360 dias	Vencido acima de 361 dias	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Caixa e equivalentes de caixa	7.160	-	-	-	7.160
Títulos e valores mobiliários	32.245	-	-	-	35.245
Contas a receber de clientes (*)	158.844	1.505	1.098	717	162.164
Partes relacionadas	1.136	-	-	-	1.136
Outras contas a receber (*)	12.776	-	-	-	12.776
Saldo em 31 de dezembro de 2022	215.161	1.505	1.098	717	218.481
Em 31 de dezembro de 2021					
Caixa e equivalentes de caixa	3.885	-	-	-	3.885
Títulos e valores mobiliários	26.134	-	-	-	26.134
Contas a Receber de Clientes (*)	2.878	33	175	634	3.720
Partes relacionadas	1.434	-	-	-	1.434
Outras contas a receber (*)	7.958	-	-	-	7.958
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.289	33	175	634	43.131

(*) Os saldos apresentados nas referidas rubricas não estão apresentados com a provisão de perdas esperadas de crédito para fins demonstrativos desta nota explicativa apenas, destacando que a perdas estão totalmente provisionadas para perdas esperadas.

d) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade de a Companhia e suas controladas gerenciarem os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.



4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	5.309	-	-	5.309
Obrigações tributárias	4.818	799	-	5.617
Obrigações trabalhistas	170	-	-	170
Partes relacionadas - passivo	3	-	-	3
Outras obrigações	4.585	-	-	4.585
Cotas FIDC	9.577	102	18.499	28.178
Passivo de arrendamento	1.824	3.898	-	5.722
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.286	4.799	18.499	49.584s
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	453	-	-	453
Obrigações tributárias	2.039	524	494	3.057
Obrigações trabalhistas	500	-	-	500
Partes relacionadas - passivo	2.272	-	-	2.272
Outras obrigações	727	-	-	727
Passivo de arrendamento	1.134	2.680	-	3.814
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.125	3.204	494	10.823

e) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia e suas controladas estabeleceram rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.



4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos administrativos ou arbitrais relevantes a serem mencionadas no referido Formulário de Referência.



4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos administrativos ou arbitrais relevantes a serem mencionadas no referido Formulário de Referência.



4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos administrativos ou arbitrais relevantes a serem mencionadas no referido Formulário de Referência.



4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos administrativos ou arbitrais relevantes a serem mencionadas no referido Formulário de Referência.



5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Conforme parte do escopo dos trabalhos, nossos auditores externos avaliaram os controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão das aplicações dos procedimentos de auditoria, mas o escopo dos trabalhos não possui o objeto fim de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Conforme parte do escopo dos trabalhos, nossos auditores externos avaliaram os controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão das aplicações dos procedimentos de auditoria, mas o escopo dos trabalhos não possui o objeto fim de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

No final dos trabalhos os auditores externos emitiram o relatório de recomendações para aprimoramento dos controles internos em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e não



5.2 Descrição dos controles internos

foram apresentadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia que deveria ser mencionada no referido formulário de referência.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme descrito no item D acima, não foram identificados pelos auditores independentes deficiências significativas durante o exame realizado no âmbito dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021. Eventuais recomendações de melhorias durante os trabalhos de auditoria estão sendo analisadas pela Companhia e serão implementadas ao longo do exercício de 2023.



5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia conta com as seguintes políticas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública: (i) Código de Ética e Conduta, que endereça os riscos decorrentes de corrupção, interação com órgãos e agentes públicos e prevenção de conflitos de interesses associados, além de endereçar os riscos de os colaboradores agirem em conflito de interesses em detrimento das melhores práticas de governança, da Companhia e de seus clientes; e (ii) Política de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, que endereça os riscos de lavagem de dinheiro e uso da Companhia como veículo para ocultação, simulação e reintegração de valores decorrentes de atos ilícitos e condutas criminosas no Sistema Financeiro Nacional. Adicionalmente, a Companhia conta com um controle de todas as interações de seus colaboradores com órgãos e agentes públicos, cuja gestão cabe ao Departamento de Compliance.

Considerando as orientações estabelecidas por regras internas e ao cumprimento de determinadas normas de compliance, a Companhia, por meio de seu departamento de Compliance tem como rotina, quando da realização de seus negócios a solicitação a seus clientes e demais partes envolvidas de determinados documentos e informações que integram o checklist de compliance ("Checklist de Compliance") e o checklist de análise de risco de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("Checklist de PLDFT" e, quando em conjunto com o Checklist de Compliance, "Checklists").



5.3 Programa de integridade

As solicitações que compõem os Checklists incluem, dentre outros, os seguintes documentos: (i) estatuto ou contrato social consolidados e vigentes; (ii) certidão simplificada emitida pela Junta Comercial competente; (iii) demonstrações financeiras dos 03 (três) últimos exercícios sociais; (iv) cópia de documento de identidade com CPF das pessoas físicas envolvidas, bem como de comprovante de residência; (v) relatórios emitidos pelos cadastros restritivos de crédito; (v) certidões de distribuição emitidas pela Justiça Federal e Estadual; e (vi) determinadas certidões fiscais federal, estadual e municipal; e (vii) certidão de antecedentes criminais.

Além dos documentos acima mencionados, também se faz necessário o preenchimento e assinatura de documento interno da Companhia denominado "Ficha Cadastral" a qual inclui, dentre outras informações, a prestação de declarações respaldadas nas exigências da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 ("Lei de Lavagem de Dinheiro"), de normativos da Comissão de Valores Mobiliários e demais Resoluções aplicáveis, expedidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF").

Concluída a auditoria de compliance e PLDFT, é emitido um Parecer de Verificação de Compliance PLDFT baseado na documentação e informações apresentadas pelas partes, sinalizado a identificação, ou não, de questões relevantes de natureza jurídico-regulatória que possam impedir a realização de negócios e/ou que exijam qualquer espécie de comunicação ao COAF.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Diretoria: apoia e estabelece, em conjunto com o Departamento de Compliance, as iniciativas de Compliance a serem adotadas em todos os níveis de atividades de negócios da Companhia; revisa e aprova as políticas e normas relacionadas à área de Compliance;

Departamento de Compliance: desenvolve, implementa e administra o programa de Compliance adaptado aos riscos da Companhia, acompanha os procedimentos internos e mecanismos de controle de integridade adotados periodicamente, conduz testes de efetividade,



5.3 Programa de integridade

atesta se os controles vigentes são adequados e suficientes aos riscos a que a Companhia está sujeita e propõe plano de ação a fragilidades ou sugestões de melhoria cabíveis.

O Departamento de Compliance tem reporte à administração da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia faz parte de um grupo societário, e está sujeita ao Código de Ética e Conduta (“Código”) corporativo do referido grupo, aprovado em fevereiro de 2018 e em constante revisão/atualização. Todos os sócios, administradores e funcionários (em conjunto os “Colaboradores” e individualmente o “Colaborador”) da Companhia estão sujeitos indistintamente às normas previstas no Código.

Aos Colaboradores é realizado treinamento, em questões relacionadas ao Código, na data de início das atividades de cada Colaborador e, quando ocorrem alterações de conteúdo. Adicionalmente, ao longo de cada ano, a área de Compliance realiza campanhas internas para que todos os Colaboradores revisem o conteúdo do Código.

Na ocasião do ingresso de novo Colaborador, este recebe uma cópia do Código, é realizada uma integração com a equipe de Compliance para sanar eventuais dúvidas e reforçar o conteúdo e o Colaborador realiza um treinamento online por uma plataforma e-learning do Grupo.

Um Termo de Adesão e Compromisso é assinado por todos os Colaboradores quando de seu ingresso na Companhia, o qual contém



5.3 Programa de integridade

declarações no sentido de que o Colaborador compreendeu integralmente seu conteúdo, está comprometido com o cumprimento das regras de trabalho e políticas adotadas internamente e concorda com os princípios estipulados. Ademais, novos Termos de Adesão e Compromisso deverão ser assinados pelos Colaboradores caso seja aprovada qualquer alteração ao Código.

O Código prevê, ainda, que na hipótese de seu descumprimento, a diretoria responsável poderá aplicar penalidades, que podem variar entre advertência, perda direta de benefícios ou de pontos de avaliação para fins de remuneração variável, suspensão, destituição, exclusão dos quadros sociais ou demissão por justa causa do Colaborador infrator sem prejuízo das demais consequências legais.

Por fim, cumpre esclarecer que o Código não se aplica a terceiros não integrantes no quadro de Colaboradores da Companhia.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
 - i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
 - ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
 - iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
 - iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia dispõe de um canal de denúncia específico. O seu acesso é realizado pelo website do grupo, sendo o seu gerenciamento internalizado.

O canal de denúncias é disponível tanto para os Colaboradores como para terceiros. Em conformidade com a Política de Privacidade do grupo, o canal de denúncia assegura ao denunciante o sigilo e proteção de seus dados, sendo, ainda, facultativa a identificação ou não do denunciante.

Todas as denúncias e assuntos recebidos por meio do Canal de Denúncia são analisadas e tratadas sob o mais absoluto sigilo e com total imparcialidade.

As denúncias são endereçadas ao Departamento de Compliance, aos cuidados do(a) seu(u) diretor(a).



5.3 Programa de integridade

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não obteve nenhum caso confirmado nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública conforme mencionado nos itens anteriores.



5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve outras informações que a Companhia julgue relevantes.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fabiana Franco					
146.628.238-03	Brasil	Sim	Não	05/11/2021	
Não					
1.599.050	0,217	0	0,000	1.599.050	0,217
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GOLEM FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA,					
50.567.589/0001-82	Brasil	Sim	Não	30/11/2023	
Não	Reag Administradora de Recursos Ltda		Juridica	23.863.529/0001-34	
36.105.263	4,900	0	0,000	36.105.263	4,900
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GRAFENE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA					
50.567.803/0001-09	Brasil	Sim	Não	30/11/2023	
Não	Reag Administradora de Recursos Ltda		Juridica	23.863.529/0001-34	
736.842	0,100	0	0,000	736.842	0,100
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LURIX CAPITAL S/A						
51.981.070/0001-09	Brasil	Sim	Sim	30/11/2023		
Não	João Carlos Falbo Mansur		Física	116.687.758-24		
696.801.900	94,566	0	0,000	696.801.900	94,566	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	696,801,900	100.000	94.566	94.566		
Silvano Gersztel						
265.298.468-32	Brasil	Sim	Não	05/11/2021		
Não						
1.599.050	0,217	0	0,000	1.599.050	0,217	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
736.842.105	100,000	0	0,000	736.842.105	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LURIX CAPITAL S/A				51.981.070/0001-09		
João Carlos Falbo Mansur						
116.687.758-24	Brasil	Sim	Sim	30/11/2023		
Não						
696.802.900	100,000	0	0,000	696.802.900	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
696.802.900	100,000	0	0,000	696.802.900	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/11/2023
Quantidade acionistas pessoa física	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

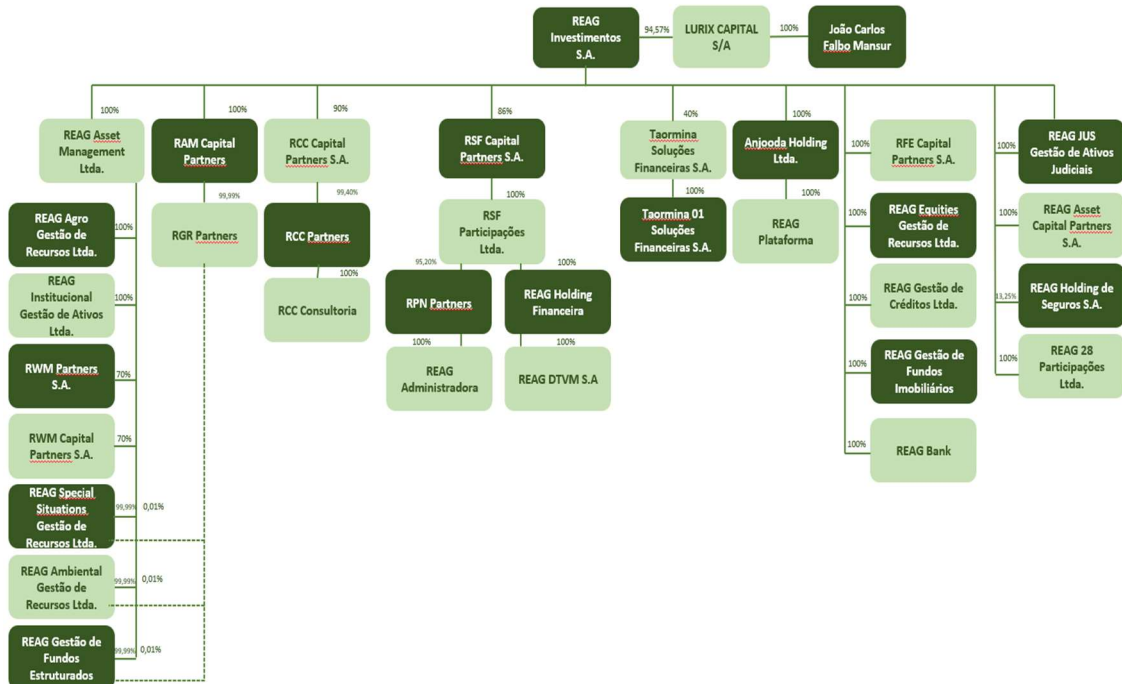
Quantidade ordinárias	696.801.900	94,566%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	696.801.900	94,566%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- principais controladas e coligadas do emissor
- participações do emissor em sociedades do grupo
- participações de sociedades do grupo no emissor
- principais sociedades sob controle comum





6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia geral e administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero
- ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	-	N/A	-
Controladas do emissor	N/A	100%	N/A	100%



7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Sociedades sob controle comum	N/A	-	N/A	-
--------------------------------------	-----	---	-----	---

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	-	N/A	-
Controladas do emissor	N/A	100%	N/A	100%
Sociedades sob controle comum	N/A	-	N/A	-

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	-	N/A	-
Controladas do emissor	N/A	100%	N/A	100%
Sociedades sob controle comum	N/A	-	N/A	-

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável, a Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Todos os órgãos de administração da Companhia realizam de forma constante e próximos a seus colaboradores avaliações, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	0	0	0	6

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	0	0	0	0	0	6



7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome: João Carlos Falbo Mansur **CPF:** 116.687.758-24 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 09/05/1970

Experiência Profissional: Conselheiro de Administração Independente Certificado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo - FACESP – São Paulo/SP - com CRC válido (1SP 223073/O-7) Administrador de Carteira de Valores Mobiliários autorizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários Com mais de 35 anos de experiência em Auditoria, Controladoria, Gestão Financeira, Planejamento Estratégico e Operacional, Desenvolvimento de Negócios e Produtos, Estruturações Financeiras e Comerciais, Análise de Investimentos e Gestão Empresarial, sempre atuando com foco em resultados. Efetuo a estruturação de mais de uma centena de fundos de investimento imobiliário (FII), fundos de investimento em participações (FIP) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), visando planejamento familiar e sucessório, além de operações estruturadas voltadas ao Private Equity, desenvolvimento imobiliário e captação de recursos através da emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), do Agronegócio (CRA), Debentures, CCI's, CCB's e outros veículos do mercado de capitais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	05/11/2021	3 anos	Presidente do C.A. e Diretor Presidente		05/11/2021	Sim	05/11/2021

Nome: Katia Aparecida Rocha Moroni **CPF:** 049.415.308-37 **Profissão:** Comerciaría **Data de Nascimento:** 11/12/1964

Experiência Profissional: Possui 40 anos de experiência no mercado financeiro em bancos de grande e médio porte. Exerceu cargos na Diretoria Executiva Estatutária e na Vice-Presidência Executiva de diversos bancos, sendo responsável por áreas de Captação de Recursos no mercado local e internacional, Mesa de Sales e Relação com Investidores.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/11/2021	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		05/11/2021	Sim	05/11/2021

Nome: Leonardo de Souza Carvalho **CPF:** 267.981.728-14 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 07/02/1976

Experiência Profissional: Executivo sênior da área Financeira com dezenove anos de experiência em Finanças incluindo Controladoria, Compliance, Auditoria Interna, Planejamento Financeiro, Tesouraria, Faturamento, Contabilidade e Planejamento Tributário, atuando em empresas nacionais, internacionais e familiares, nos segmentos de varejo, mercado financeiro e imobiliário. Formado em Administração de empresas pela FGV-EAESP e com MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria pela FGV-EESP, além de outras Certificações.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/03/2023	04/11/2024	Outros Diretores	Diretor Administrativo Financeiro	01/03/2023	Sim	01/03/2023

Nome: Silvano Gersztel **CPF:** 265.298.468-32 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 07/02/1976

Experiência Profissional: Economista pela Faculdade de Economia e Administração (FEA), da Universidade de São Paulo (USP), e gestor autorizado pela CVM desde 2008, possui 26 anos de experiência. Atua com análise e gestão de carteiras de recebíveis com estruturação de dívidas e FIDCs. Sua carreira foi desenvolvida em bancos de investimento: controle de risco, análise de crédito corporativo e finanças estruturadas. Tem experiência na gestão de projetos, tais como obrigações de dívida estruturadas, fundo estruturados e foco de avaliação patrimonial de empresas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	05/11/2021	3 anos	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor de Serviços Fiduciários	05/11/2021	Sim	05/11/2021

7.4 Composição dos comitês

Nome: João Carlos Falbo Mansur **CPF:** 116.687.758-24 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 09/05/1970

Experiência Profissional:

Conselheiro de Administração Independente Certificado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo - FACESP – São Paulo/SP - com CRC válido (1SP 223073/O-7) Administrador de Carteira de Valores Mobiliários autorizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários Com mais de 35 anos de experiência em Auditoria, Controladoria, Gestão Financeira, Planejamento Estratégico e Operacional, Desenvolvimento de Negócios e Produtos, Estruturas Financeiras e Comerciais, Análise de Investimentos e Gestão Empresarial, sempre atuando com foco em resultados. Efetuou a estruturação de mais de uma centena de fundos de investimento imobiliário (FII), fundos de investimento em participações (FIP) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), visando planejamento familiar e sucessório, além de operações estruturadas voltadas ao Private Equity, desenvolvimento imobiliário e captação de recursos através da emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), do Agronegócio (CRA), Debentures, CCI's, CCB's e outros veículos do mercado de capitais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/2021	3 anos	N/A		05/11/2021	Sim	05/11/2021



7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

 **7.8 Outras informações relevantes**

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:



8.1 Política ou prática de remuneração

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
- sua metodologia de cálculo e de reajuste
- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- ii. razões que justificam a composição da remuneração

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	3,00			3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.119.143,93			5.119.143,93
Benefícios direto e indireto	270.297,85			270.297,85
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração Fixa			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	29.020,75			29.020,75
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	91.850,00			91.850,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Remuneração Variável			
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação	N/A			
Total da remuneração	5.510.312,53			5.510.312,53

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	3,00			3,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00			0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00			0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00			0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00			0,00



8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. data de aprovação e órgão responsável
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número máximo de ações abrangidas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. número máximo de opções a serem outorgadas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. condições de aquisição de ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. forma de liquidação
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. restrições à transferência das ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações



8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	3,00		
N° de membros remunerados	3,00		
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000		
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES			
Em aberto no início do exercício social	0,00		
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00		
Exercidas durante o exercício social	0,00		



8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Órgão

Não aplicável, uma vez que no Estatuto Social da Companhia não prevê opções de compra de ações para os integrantes do conselho de administração e da diretoria estatutária.

b. número total de membros

Não aplicável, uma vez que no Estatuto Social da Companhia não prevê opções de compra de ações para os integrantes do conselho de administração e da diretoria estatutária.

c. número de membros remunerados

Não aplicável, uma vez que no Estatuto Social da Companhia não prevê opções de compra de ações para os integrantes do conselho de administração e da diretoria estatutária.

d. data de outorga

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

e. quantidade de opções outorgadas

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

f. prazo para que as opções se tornem exercíveis

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

g. prazo máximo para exercício das opções

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

i. valor justo das opções na data da outorga

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.6 Outorga de opções de compra de ações

- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social



Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. número de ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. preço médio ponderado de exercício
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. data de outorga
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. quantidade de ações outorgadas
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. prazo máximo para entrega das ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. prazo de restrição à transferência das ações
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. valor justo das ações na data da outorga
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3,00		
Nº de membros remunerados	3,00		
Nº de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		



8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- d. forma de determinação da volatilidade esperada

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número total de membros
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. número de membros remunerados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. nome do plano
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. condições para se aposentar antecipadamente
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Conselho de Administração
	31/12/2022
Nº de membros	3,00
Nº de membros remunerados	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	0,00

Observação

Conselho de Administração



8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de administração	0%
Diretoria estatutária	100%
Conselho fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de administração	0%
Diretoria estatutária	100%
Conselho fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Órgão	Percentual de Partes Relacionadas
Conselho de administração	0%
Diretoria estatutária	100%
Conselho fiscal	0%



8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

<i>31/12/2022</i>	<i>Conselho de Administração</i>	<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>Conselho Fiscal</i>	<i>Total</i>
<i>Controladores diretos e indiretos</i>	N/A	-	N/A	-
<i>Controladas do emissor</i>	N/A	100%	N/A	100%
<i>Sociedades sob controle comum</i>	N/A	-	N/A	-

<i>31/12/2021</i>	<i>Conselho de Administração</i>	<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>Conselho Fiscal</i>	<i>Total</i>
<i>Controladores diretos e indiretos</i>	N/A	-	N/A	-
<i>Controladas do emissor</i>	N/A	100%	N/A	100%
<i>Sociedades sob controle comum</i>	N/A	-	N/A	-

<i>31/12/2020</i>	<i>Conselho de Administração</i>	<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>Conselho Fiscal</i>	<i>Total</i>
<i>Controladores diretos e indiretos</i>	N/A	-	N/A	-
<i>Controladas do emissor</i>	N/A	100%	N/A	100%
<i>Sociedades sob controle comum</i>	N/A	-	N/A	-



8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
20/08/2021	20/08/2021		
Descrição dos serviços prestados			
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (Atual denominação de PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes) foi contratada para realizar auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Os honorários referentes ao serviço de auditoria estipulados em contrato foram de R\$ 357.000 sendo que nenhum serviço que não seja de auditoria externa foi prestado pelos auditores independentes. Outros serviços: R\$ N/A			
Justificativa da substituição			
Nos últimos três exercícios sociais, houve substituição de auditor, devido a estratégia da Companhia.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não Aplicável			



9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

- **Item 9.3 com redação dada pela Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022.**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram identificados a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.



9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

- **Item 9.4 incluído pela Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



10.1 Descrição dos recursos humanos

10. Recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

- a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:
 - i. identidade autodeclarada de gênero
 - ii. identidade autodeclarada de cor ou raça
 - iii. faixa etária
 - iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantesItem facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. índice de rotatividade
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

- a. política de salários e remuneração variável
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. política de benefícios
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
 - i. grupos de beneficiários
 - ii. condições para exercício
 - iii. preços de exercício
 - iv. prazos de exercício
 - v. quantidade de ações comprometidas pelo planoItem facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com partes relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Não se aplica	31/12/2022	0,00	0	0	N/A	
Relação com o emissor	N/A					
Objeto contrato	N/A					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Não aplicável, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui transações materiais a serem divulgadas no referido Formulário de Referência.

- a. nome das partes relacionadas
- b. relação das partes com o emissor
- c. data da transação
- d. objeto do contrato
- e. se o emissor é credor ou devedor
- f. montante envolvido no negócio
- g. saldo existente
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir
- i. garantias e seguros relacionados
- j. duração
- k. condições de rescisão ou extinção
- l. natureza e razões para a operação
- m. taxa de juros cobrada, se aplicável
- n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses
- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado



11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/05/2023	29/05/2028	736.842.105,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
736.842.105	0	736.842.105	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/05/2023		715.343.048,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
715.343.048	0	715.343.048	



12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. direito de voto
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- d. direitos no reembolso de capital
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- f. restrições à circulação
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipóteses de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação



12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

- k. outras características relevantes

Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	0
Data de emissão	31/12/2022
Data de vencimento	31/12/2023
Quantidade Mil	0
Valor total R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	0	0	0



12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
0		Estados Unidos	0
Entidade Administradora			
0			
Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual	
31/12/2022	31/12/2022	0	
Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação		
Não	N/A		
Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Não	N/A		
Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário		
Sim:	N/A		
Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante		
Não	N/A		

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	0
Data de emissão	31/12/2022
Data de vencimento	31/12/2023
Quantidade Mil	0
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A



12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Item facultativo em razão da Companhia ser uma emissora da categoria "B".



12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

João Carlos Falbo Mansur

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Leonardo de Souza Carvalho

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores



13.1 Declaração do diretor presidente

1 - RESPONSÁVEIS PELO FORMULÁRIO

1.1 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

João Carlos Falbo Mansur, brasileiro, divorciado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 17.746.765-4 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 116.687.758-24, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, cj. 1702, Jardim Paulistano, Diretor Presidente da REAG Investimentos S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a. revisou o Formulário de Referência referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- b. todas as informações contidas no referido Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

João Carlos Falbo Mansur

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores



13.2.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Leonardo de Souza Carvalho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 16.777.618-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.981.728-14, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, cj. 1702, Jardim Paulistano, Diretor de Relações com Investidores da REAG Investimentos S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a. revisou o Formulário de Referência referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- b. todas as informações contidas no referido Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Leonardo de Souza Carvalho



13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

1.3 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE / RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.